



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — N.º 57

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 1967

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA RECEBER A VISITA DE SUA ALTEZA IMPERIAL, O PRINCEPE HERDEIRO DO JAPÃO

O Presidente do Senado Federal de acordo com o dispositivo no art. 1.º, §§ 1.º e 2.º do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, às quinze horas e trinta

minutos, do dia 23 do mês em curso, no Plenário da Câmara dos Deputados, receberem, solenemente a visita de sua Alteza Imperial, o Príncipe Akihito, herdeiro do trono japonês.

Senado Federal, 9 de maio de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

/ Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 7º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1967

Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas para o fim de ser mantida a reforma do Cabo Francisco Canindé de Araújo

Art. 1º É denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas interposto no processo nº 45.848-64 para o fim de ser mantida a reforma do Cabo Francisco Canindé de Araújo, tornando-se definitivo o ato praticado em 17 de junho de 1966, de acordo com autorização concedida pelo Presidente da República, exarada na Exposição de Motivos nº 146, de 11 de agosto de 1963, do Ministro da Aeronáutica.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de maio de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 5º, alínea "c", da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 1967

Mantém decisão do Tribunal de Contas referente a termo de rescisão de contrato celebrado entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Derson de Almeida".

Art. 1º É mantida a decisão, de 19 de março de 1954, do Tribunal de Contas referente ao termo, de 16 de fevereiro de 1954, de rescisão do contrato celebrado, em 25 de setembro de 1950, entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Derson de Almeida", para o desempenho, no Instituto Agrônomo do Norte, da função de Assistente da Seção de Química.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de maio de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 5º, alínea "c", da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 1967

Mantém decisão do Tribunal de Contas para o fim de sustar a execução de contrato celebrado, em 1º de janeiro de 1955, entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Guilherme Tell Bebianno".

Art. 1º É mantida a decisão, de 23 de agosto de 1955, do Tribunal de Contas para o fim de ser sustada a execução do contrato celebrado, em 1º de janeiro de 1955, entre o "Governo da República dos Estados Unidos

do Brasil e Guilherme Tell Bebianno", para o desempenho, no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, dependência do Serviço Florestal em Teresópolis, da função de médico.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de maio de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 5º, alínea "c", da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 1967

Mantém decisão do Tribunal de Contas para o fim de sustar a execução de termo, de 14 de dezembro de 1955, aditivo a contrato celebrado entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Anton Dakitsch".

Art. 1º É mantida a decisão, de 13 de março de 1956, do Tribunal de Contas para o fim de ser sustada a execução do termo, de 14 de dezembro de 1955, aditivo ao contrato celebrado, em 5 de maio de 1954, entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Anton Dakitsch", para o desempenho, na Diretoria do Ensino Industrial, da função de Técnico em Artes Gráficas.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de maio de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 7º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 1967

Mantém decisão, de 20 de dezembro de 1963, do Tribunal de Contas, proferida no processo nº 70.542-63, de interesse da firma Empresa de Ferragens e Motores "Moto" Ltda.

Art. 1º É mantida a decisão, de 20 de dezembro de 1963, do Tribunal de Contas, proferida no processo nº 70.542-63 e que se refere ao pagamento da despesa de NCr\$ 365,00 trezentos e cinquenta e cinco cruzeiros novos) à firma Empresa de Ferragens e Motores "Moto" Ltda., pelo fornecimento de material ao Ministério da Educação e Cultura, para o fim de tornar sem efeito o ato, de 6 de abril de 1967, praticado em virtude de autorização do Presidente da República.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de maio de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 2º, alínea "c", da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 1967

Mantém decisão do Tribunal de Contas para o fim de sustar a execução do contrato de empréstimo celebrado, em 23 de outubro de 1963, entre a União Federal e o Estado do Espírito Santo.

Art. 1º É mantida a decisão, de 18 de dezembro de 1963, do Tribunal de Contas para o fim de sustar a execução do contrato de empréstimo, com recursos provenientes da colação de "Letras do Tesouro", no valor de NCrs 300.000,00 trezentos mil cruzeiros novos, celebrado, em 23 de outubro de 1963, entre a União Federal e o Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de maio de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

SENADO FEDERAL

ATA DA 64ª SESSÃO, EM 17 DE MAIO DE 1967

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDENCIA DOS SRS.: MOURA ANDRADE, VITORINO FREIRE E RAUL GIUBERTI.

As 14,30 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Clóvis Maia
Oscar Passos
Alvaro Maia
Edmundo Levi
Milton Trindade
Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Petrônio Portela
Menezes Pimentel
Duarte Filho
Manoel Villaza
Argemiro de Figueiredo
Domício Gondim
João Cleofas
Leandro Maciel
Júlio Leite
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Raul Giuberti
Paulo Tórres
Vasconcelos Tórres
Aurélio Vianna
Benedicto Valladares
Carvalho Pinto
Lino de Mattos
Moura Andrade
Pedro Ludovico
Fernando Corrêa
Atílio Fontana
Guido Mondim
Guido Mondim. — 30.

Abertura em 17.5.67, às 14,30 horas.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. Segundo Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

Em 16 de maio de 1967

Comunicação de Eleição e Posse

Da Mesa da Câmara Municipal de Kapuri, AC;

do Vice-Prefeito de São Sebastião da Boa Vista, PA;

da Mesa da Câmara Municipal de Buriti, MA;

da Mesa da Câmara Municipal de Olho d'Água das Cunhãs, MA;

do Prefeito Municipal de Barreiras, PI;

do Prefeito Municipal de Fortaleza, CE;
do Prefeito Municipal de Penaforte, CE;
da Diretoria da Sociedade Padre Cicero, CE;
da Mesa da Câmara Municipal de Buenos Aires, PE;
da Diretoria da Sociedade de Proteção dos Animais "João Ramos" de Recife, PE;
da Mesa da Câmara Municipal de Belo Monte, AL;
da Mesa da Câmara Municipal de Cajueiro, AL;

do Prefeito Municipal de Santana do Mundaú, AL;
do Prefeito Municipal de Araua, SE;

do Prefeito Municipal de Japoatã, SE;

do Prefeito Municipal de Acajutiba, BA;

do Prefeito Municipal de Amargosa, BA;

da Mesa da Câmara Municipal de Campo Belo, BA;

do Prefeito Municipal de Ouricangas, BA;

da Mesa da Câmara Municipal de Piratuba, BA;

do Prefeito Municipal de Pimiteira, BA;

do Prefeito Municipal de Retrolândia, BA;

da Mesa da Câmara Municipal de S. Amaro, BA;

da Mesa da Câmara Municipal de Barra, BA;

da Mesa da Câmara Municipal de Baixa Grande, BA;

do Prefeito Municipal de Boa Nova, BA;

da Diretoria da Sociedade Beneficente dos Artistas de Ibicaraí, BA;

da Mesa da Câmara Municipal de Abadiana, GO;

da Mesa da Câmara Municipal de Cristalina, GO;

da Mesa da Câmara Municipal de Sítio d'Abadia, GO;

da Mesa da Câmara Municipal de Tupiratinos, GO;

da Mesa da Câmara Municipal de Vianópolis, GO;

do Ministro dos Transportes Rio, GB;

da Mesa da Câmara Municipal de Flórida Paulista, SP;

da Mesa da Câmara Municipal de Pirapozinho, SP;

do Prefeito Municipal de São Paulo, SP;

da Mesa da Câmara Municipal de Taubaté, SP;

do Prefeito Municipal de Barreiros, MG;

da Mesa da Câmara Municipal de Governador Valadares, MG;

da Diretoria da Sociedade de Medicina Veterinária e mJuiz de Fora, MG;

da Mesa da Câmara Municipal de Oliveira Fortes, MG;

da Mesa da Câmara Municipal de Planura, MG;

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLACIANO GUMARÊS

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impressão nos ofícios do Departamento de Imprensa Nacional — BRASILIA

do Prefeito Municipal de Icema, SP;
do Prefeito Municipal de Santa Mercedes, SP;
da Mesa da Câmara Municipal de Amaporá, PR;
da Mesa da Câmara Municipal de Mandaguapé, PR;
da Mesa da Câmara Municipal de S. Antônio de Platina, PR;
da Mesa da Câmara Municipal de S. João do Sul, SC;
da Mesa da Câmara Municipal de S. José do Norte, RS;
da Mesa da Câmara Municipal de São Lourenço do Sul, RS;
da Mesa da Câmara Municipal de Cêro Largo, RS;
da Diretoria da Liga Espírita Felotense, Pelotas, RS.

Diversos Assuntos

— do Vice-Presidente da República da Bolívia, transmitindo sentimentos de solidariedade pela grande tragédia que enlutou a população do Rio de Janeiro atingida pelas enchentes;

— da Câmara Municipal de Teresina, PI, fazendo apelo no sentido da urgente tramitação do projeto de lei que cria universidades no Estado do Piauí;

— da Câmara Municipal de Escada, PE, e da Câmara Municipal de Itabuna, BA, fazendo apelos no sentido dos vereadores perceberem subsídios;

— da Câmara Municipal de Recife, PE, manifestando seu profundo pesar pelo falecimento do ex-Senador Lourival Fontes;

— da Associação dos Economistas de Brasília, fazendo apelo no sentido do apoio ao anteprojeto elaborado pelo Conselho Superior das Cidades Econômicas relativo a direitos e vantagens decorrentes do decreto Lei nº 266-67;

— da Federação Nacional dos Profissionais Liberais contraguando-se com o Congresso pela promulgação da lei nº 5.194 reguladora do salário mínimo profissional de engenheiro;

— da Associação Comercial de Minas Gerais, fazendo apelo no sentido da total manutenção do Código Tributário Nacional em vigor e especialmente a do ICM;

— da Câmara Municipal de Malacacheta, MG, fazendo apelo no sentido de um prudente resgate da Carta Magna;

— da Associação dos Advogados de São Paulo solicitando informações sobre o projeto de lei nº 13-66 sobre correção monetária a crédito de objeto de ação judicial;

— do Instituto dos Advogados de São Paulo, manifestando seu inteiro apoio ao Parecer nº 156, de 1967 da Comissão de Constituição e Justiça propondo a rejeição do PLS 3 67;

— da Câmara Municipal de Barretos, fazendo apelo no sentido da extinção do imposto primeiro de circulação de Mercadorias que onera os produtos agro-pecuários;

— da Câmara Municipal de Campinas, SP, solicitando informações sobre o projeto de lei que institui o Seguro Obrigatório contra acidentes

com passageiros de veículos rodoviários e transportes coletivos;

— da Câmara Municipal do Estância de Amparo, SP, sugerindo a possibilidade dos municípios decretarem leis considerando feriados municipais a data da fundação dos mesmos;

— da Câmara Municipal de Guaratinguetá, SP, fazendo apelo no sentido de ser prorrogado o prazo para inscrição de novos eleitores até 31 de março de 1968;

— da Câmara Municipal de Londrina, PR, fazendo apelo no sentido de ser determinado em lei horário obrigatório a ser concedido pelos canais de televisão para divulgação educacional de programas elaborados pelas reitorias das universidades;

— da Câmara Municipal de Osasco, SP, fazendo apelo no sentido da não extinção da gratuidade do ensino no país;

— da Câmara Municipal de Osasco, SP, fazendo apelo no sentido de serem promovidos estudos para a aquisição da casa própria, aos trabalhadores daquela localidade;

— da Câmara Municipal de Penápolis, SP, fazendo apelo no sentido da revisão de todos os Atos de cassação e punição baixados pelo ex-governo da União;

— da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, SP, congratulando-se com o Congresso pela promulgação da nova Carta Magna;

Da Câmara Municipal de Campos, RJ, fazendo apelo no sentido de impedir durante 4 anos que os ex-vereadores, funcionários públicos, bancários, comerciais, etc. sejam transferidos contra sua vontade para outros municípios ou cidades;

Da Câmara Municipal de Caxias, RJ, solicitando imunidades para os vereadores;

Da Câmara Municipal de Volta Redonda, RJ, fazendo apelo no sentido do resgate da Lei nº 2.007, de 26 de agosto de 1900;

Da Câmara Municipal de Rio Grande, RS, enviando cópia de desmentido de notícias divulgadas com referência à sua situação como Presidente daquela Câmara;

Da Câmara Municipal de Maringá, PR, manifestando-se contrária ao decreto baixado pelo Executivo proibindo a venda de lotes de terras inferiores a 8 alqueires;

Da Câmara Municipal de Londrina, PR, fazendo apelo no sentido do agricultor merecer ajuda do governo federal;

Da Assembleia Legislativa de Florianópolis, SC, manifestando seu apoio às iniciativas do Congresso Nacional que objetivam revisar no decreto-lei que dispõe de crimes contra a segurança nacional;

Da Câmara Municipal de Itajaí, SC, transmitindo condolências pelo falecimento do Senador Lourival Fontes;

Da Câmara Municipal de Mafra, SC, congratulando com o Congresso pela posse do Sr. Marechal Costa e Silva na Presidência da República;

Da Associação Comercial de Arroio de Meio, RS, manifestando-se con-

trária à participação dos empregados nos lucros das empresas;
Do Prefeito Municipal de Quaraí, RS, manifestando-se contrário à aprovação do Plano Diretor do Desenvolvimento Rodoviário altamente prejudicial ao Rio Grande do Sul.

PARECERES

Parecer nº 311, de 1957

Da Comissão de Economia, ao Ofício nº SCP/1363, de 23-11-66, através do qual o Presidente do Conselho Nacional de Economia apresentou ao Senado Federal a "Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil em 1965".

Relator: Senador Júlio Leite

Dando cumprimento ao que dispõe o art. 9º da Lei nº 970, de 16 de dezembro de 1949, o Conselho Nacional de Economia, extinto por força do art. 131 da Constituição do Brasil, apresenta ao Senado Federal a "Exposição Geral Sobre a Situação Econômica do Brasil em 1965", a última confeccionada por aquele órgão colegiado.

2. Trata-se do 15º documento dessa natureza elaborado pelo CNE, nos vinte anos de sua existência, uma vez que a confecção desse relatório foi atribuída ao Conselho, a partir de 1950, pela citada Lei nº 370-49.

3. Integrado por eminentes Economistas que contribuíram com seu saber especializado na apreciação da conjuntura econômica e financeira nacional, ao longo dessas quatro lustres de existência, foi o Conselho expandindo suas atividades que, de simples caráter de consultoria dos poderes Executivo e Legislativo, passaram a abranger toda uma série de úteis providências. Entre elas, cumpre destacar, além das Exposições anuais, o Curso de Análise Econômica, em nível de pós-graduação e as excelentes monografias e ciclo de estudos sobre os problemas mais importantes da economia do país.

4. Tendo integrado o seu quadro de Conselheiros, encargo que muito me honrou, posso dar o meu testemunho pessoal sobre o empenho e a seriedade com que seu corpo técnico se dedicava às múltiplas tarefas que lhe eram cometidas gerando um clima de profícuo devotamento à causa nacional. O seu plenário transformou-se, no decurso da existência do Conselho, em uma tribuna livre de debates, onde foram ouvidas as personalidades mais representativas da vida brasileira em quase todas as especialidades.

5. Foi em razão da importância adquirida no desenvolvimento de suas atividades, que, ao findar o seu mandato, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek lá compareceu para defender o seu programa econômico e a política financeira do Governo. Esse verdadeiro "forum" econômico trouxe ao debate, numa atividade sob muitos aspectos pioneira, temas da maior importância para o país, como o da integração regional das economias.

6. Recordo-me que, ao compilar dez anos de existência, ocasião em que, por desvanecedora coincidência eu exercia a presidência desse órgão, fizemos editar um resumo de suas atividades, em cuja apresentação já se podia sentir a incompreensão que muitas vezes cercou a existência do Conselho. Com efeito, dizia-se nessa síntese:

Depois de dez anos de existência, nem sempre muito bem compreendido, o Conselho Nacional de Economia oferece aos Poderes Legislativo e Executivo, em particular, e a todos os brasileiros, em geral, um balanço de seus trabalhos.

Por meio de pareceres, sugestões, exposições, pesquisas dos seus órgãos técnicos e de depoimentos de figuras representativas

da vida cultural e administrativa, o Conselho Nacional de Economia procurou nesse primeiro decênio da vida desincumbir-se da responsabilidade que lhe foi outorgada pela Constituição. Principalmente, guardou e isto se impõe ressaltar — sempre uma linha de coerência inconfundível — o que se relaciona às advertências sucessivas sobre a necessidade de não se comprometer o desenvolvimento econômico do País com uma condenável displicência no combate à pressão inflacionária.

7. Entre os órgãos que compunham o Conselho, não se pode deixar de fazer referência ao Departamento Econômico, do mais alto nível técnico, ao Arquivo Econômico que dispõe de inestimável acervo e à Biblioteca especializada em Economia, seguramente a maior do país nesse setor. A Revista do Conselho, editada durante quase vinte anos, constituía um dos veículos mais categorizados na divulgação dos fatos da economia nacional e estrangeira.

8. Perante o seu Plenário depuseram eminentes personalidades nacionais e sobretudo autoridades estrangeiras da mais alta qualificação, entre os quais não podemos deixar de citar os Professores Alfred Sauvy, Jay Wiley, Wilhelm Gülich, Maurice Byé e Oswaldo Sunkel, o Sr. Paul van Zeeland, o Dr. Bernstein, o Padre Joseph Lebrat, o Dr. Felipe Herrera, o Dr. Emile Roche e o Sr. Jean Royer.

9. Os estudos e pareceres de maior relevância, que ascendem a milhares, incluíam assuntos como o Plano do Carvão Nacional, a industrialização da juta e do babaçu, inquérito sobre metais ferrosos e não-ferrosos; turismo, investimento de capitais estrangeiros no Brasil, criação do Banco Central e da indústria de fertilizantes; política açucareira, locação de imóveis e participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, itens que, embora enumerados em caráter meramente indicativo, dão bem uma idéia da amplitude e da importância dos temas versados.

10. Na última fase de sua atuação, foram atribuídas ao CNE as mais relevantes tarefas no campo de sua especialização, cumprindo ressaltar a fixação dos índices de correção monetária instituídos por lei para diversas finalidades e a constante apreciação das medidas de caráter administrativo adotadas pelo Poder Executivo e pelo Congresso Nacional, às quais não faltaram críticas judiciosas e ponderados aplausos.

11. Ecletico em sua constituição, abrangendo representantes das mais variadas tendências, o plenário e os órgãos técnicos do Conselho puderam contribuir com valiosas sugestões para a melhor estruturação das medidas de caráter econômico e financeiro do país, das quais a Exposição em apreço é um vivo testemunho.

12. Assim é que, destacando os resultados obtidos pelo Governo em 1965, acentua o Conselho na apresentação de seu Relatório

O fato mais significativo em 1965 foi, não apenas a redução do desequilíbrio das contas do Governo Federal e da taxa de inflação (29,4% em 1965, contra 88,2% em 1964) mas igualmente, o prosseguimento, em escala mais acentuada, da nova sistemática na cobertura do aludido "deficit", com recursos provenientes da colocação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro, substitutiva da emissão de papel-moeda.

Fato auspicioso a assinalar, em 1965, foi também a efetivação da reforma bancária, com a entrada em funcionamento, a partir de abril, do Banco Central da República.

Dentre os objetivos do PAEG o setor externo apresentou, no exercício em exame, comporta-

mento bastante satisfatório, com um saldo positivo na balança comercial de 499 milhões de dólares. As exportações somaram 1595 milhões de dólares e as importações, 1.096 milhões de dólares. O balanço de pagamento da União fechou com um "superavit" de 131 milhões de dólares, verificando-se acumulação de reservas no exercício, de 329 milhões de dólares. Os resultados no balanço de pagamento, em 1965, foram os mais expressivos dos últimos anos.

13. Mas ao lado dessas constatações auspiciosas não faltam à análise do Conselho as advertências que, na espécie, têm inteira procedência, já evidenciada no consenso geral. Neste sentido, diz o documento:

A nova legislação fiscal e as medidas de caráter administrativo, que coíbem, drasticamente, a evasão e a sonegação de tributos, e estipulam a correção monetária par adêbitos fiscais, respondem, em boa parcela, pelo acréscimo do volume da receita. Mas é preciso dizer-se que é bastante pesada, entre nós, a carga tributária, oferecendo riscos de distorções, tanto nas atividades empresariais quanto no consumo da coletividade.

O Governo andaria muito acertado se desse o exemplo, promovendo uma reforma administrativa nos seus serviços, concomitantemente com a melhoria dos respectivos quadros de pessoal. A mecanização e a racionalização dos escritórios do Governo e o descongestionamento das repartições, mesmo sem a dispensa de excedentes, traria economia, propiciaria melhores serviços e estimularia toda a economia que muito depende da ação governamental.

Nessa mesma ordem de considerações, não se pode excluir, outrossim, o incentivo às pesquisas em todos os campos da ciência, para cuja tarefa devem ser destinados os mais amplos recursos possíveis. Outra séria lacuna nacional, consoante já tem este Conselho ressaltado, é a carência de informações estatísticas. É certo que o fenômeno é comum aos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, visto que a elaboração estatística requer aparelhagem técnica e humana dispendiosa. Está-se diante de um verdadeiro círculo vicioso: sem progresso econômico não existem boas estatísticas e na falta destas não se pode programar, adequadamente, o desenvolvimento.

14. Além desses problemas de caráter institucional, que foram objeto de constantes pronunciamentos do Conselho, a Exposição referente a 1965 realça, ainda, relativamente ao exercício, fatos relevantes que merecem a atenção dos poderes públicos, quando assinala:

Considerando os crescimentos setoriais da agricultura (10,7%); da indústria (1,6%) e dos serviços (2,8%) estima-se que a economia brasileira teria evoluído à taxa de 1,7%. O setor agrícola foi o que apresentou melhor resultado, com uma taxa de crescimento de ... 10,7% a.a., contra 1,3% verificada em 1964, embora tenha, para tanto, contribuído, substancialmente, a abundante safra cafeeira, que se destina, na sua quase totalidade, à exportação, dependendo esta, por sua vez, de circunstâncias aleatórias.

O setor industrial sofreu queda, pois, tendo crescido à taxa de 1,6% a.a., equivalia, isto, a cerca de 20% da expansão ocorrida no exercício anterior (5,0% a. a.).

15. Os termos elevados e sóbrios que caracterizam os pronunciamentos do Conselho Nacional de Economia são um indicativo seguro de acerto de suas constatações, quase sempre confirmadas por outros órgãos governamentais dedicados ao problema econômico-financeiro. Referindo-se à produção agrícola, que em 1966, ao contrário de 1965, apresentou resultados negativos, o recente relatório do Conselho Monetário Nacional enviado ao Congresso afirma

A produção agrícola apresentou comportamento insatisfatório em 1966, decorrente principalmente de condições climáticas desfavoráveis vigentes em boa parte do ano, que afetaram principalmente a produção das culturas agrícolas básicas, e, em menor grau, as das matérias-primas. Conforme dados estimados pelo Ministério da Agricultura a produção agrícola apresentou em relação a 1965 (ano excepcionalmente bom para o setor) decréscimo de 20,4% que, excluída a produção cafeeira, de impacto predominantemente extrínseco se reduziu para 15,8%.

16. Há ainda no trabalho do Conselho advertências expressivas, não pelos demais setores interessados do país. Aliás é comum no próprio Congresso não nos determos na apreciação do conjunto de informações que nos são submetidas, relegadas quase sempre a um arquivamento sem comentários. A despeito do volume de utilíssimos dados constantes da Exposição em apreço, não é possível, nos estritos limites deste parecer cotejar cifras e comparar conclusões, o que não impede, entretanto, que sejam trazidas ao conhecimento da Comissão algumas observações relacionadas com o comportamento setorial de nossa economia.

17. Relativamente ao café, por exemplo, o documento do Conselho revela a preocupação que tem caracterizado eloquentes pronunciamentos feitos no Congresso, quando diz que

Observando os resultados alcançados nos anos extremos de 1959 a 1965, vê-se que viemos perdendo, desde 1944, posição de fornecedores de mais de 62% das importações mundiais caindo para menos de 30% do contingente global importado no ano passado (1965). Tomando por base de comparação o ano de 1939, igual a 100, teremos o índice 81 ao final de 1965 representando as exportações brasileiras e o índice 175 as importações mundiais. Em outras palavras, enquanto nossa contribuição para as importações mundiais de café, caiu de 19%, os mercados importadores do produto absorviam 75% a mais em 1965, relativamente ao início do período focalizado, ou melhor, o ano de 1939. Verifica-se, por conseguinte, que, enquanto cada vez mais estamos sendo deslocados por outros produtores de café, no suprimento do mercado mundial, paralelamente, caminhamos para uma superprodução, em ritmo mais acentuado do que no conjunto com nossos concorrentes. Nas três últimas safras, enquanto a produção mundial exportável aumentou de 11,1% a do Brasil teve um incremento de 55,1%.

(O grifo é do original).

18. Como a confirmar a preocupação do CNE, e mais do que isso, a atuação de suas observações, os jornais do dia 5 do corrente publicaram as advertências do Diretor-Executivo da Organização Internacional do Café aos países produtores, em que essa autoridade assinala a "ação reticente das rigorosas restrições inerentes à limitação das export-

tações e relativamente ao acúmulo de excedentes". E' dessa mesma notícia a informação de "estarem multiplicando-se os indícios de que os membros da organização não aceitarão indefinidamente as referidas medidas", assim como a afirmação de que, "a menos que sejam tomadas medidas corretivas, os estoques continuarão aumentando nos cinco próximos anos

a um ritmo médio anual de cerca de dez milhões de sacas". 19. Não se pode deixar de fazer referência, ainda, ao Capítulo referente ao endividamento externo do Brasil em que o Conselho faz um confronto das situações existentes, respectivamente, em 31 de dezembro de 1963 e 30 de setembro de 1965, com a seguinte discriminação

Endividamento Externo do Brasil

Composição do Principal e dos Respetivos Juros (+)

(Em US\$ Milhões de Dólares)

Discriminação	Princí- pal	Juros	Total	% dos juros s/ princip.
— Emp. compensatórios	1.246,5	348,8	1.595,3	28,0
— Financ. projetos específicos	1.379,9	466,3	1.846,7	33,8
— Aquis. acérco AMFORP	140,4	178,2	318,6	126,9
— S/acórdos protelação atrasados de petróleo	64,8	3,2	68,0	4,9
TOTAIS	2.832,6	1.055,7	3.888,6	36,9

Endividamento Externo do Brasil — Em US\$ Milhões

Discriminação	Posição em 31-12-63	Posição em 30-9-65	Variação s/perío- do anterior	
			Números	%
Empréstimos compensatórios	1.009,8	1.246,5	+236,7	+23,4
Financ. projetos específicos	1.267,0	1.379,9	+112,9	+ 8,9
Outras dívidas	908,9	718,3	-190,6	-21,0
Juros	683,1	1.017,0	+333,9	+48,8
TOTAIS	3.868,8	4.361,7	+492,9	+12,7

Fonte: Banco Central.

Fazendo notar que o montante de juros a serem pagos em decorrência dessas dívidas atinge a mais de um bilhão de dólares, assinala o Conselho:

A nova posição, em 30 de setembro de 1965 aponta um incremento da dívida externa (inclusive juros), da ordem de 492,9 milhões de dólares (mais 12,7%). Excetuando-se a redução de dívidas vencidas a curto prazo registram-se aumentos generalizados nos demais itens. Proporcionalmente, o maior crescimento verifica-se na parcela correspondente ao pagamento de juros (mais 48,8%). (O grifo é do original).

E' ainda ilustrada da isenção do Conselho e apreciação feita a fls. 168, sobre a composição do principal e dos respectivos juros decorrentes do

endividamento externo, expressa no seguinte quadro:

Fonte: Banco Central.

(+) Posição em 30-9-65. Exclui "Massa Flutuante e Pronto ou Vencido."

o qual se completa com o seguinte comentário:

A dívida decorrente da aquisição da AMFORP é a que, proporcionalmente, absorverá maior parcela de juros durante o período assinalado.

sendo de 126,9% sobre o principal.

20. Não sendo recomendável estender as citações do texto, não se pode deixar de observar que o documento é um valioso repositório de informações, dados e cifras, cujo análise deve ser feita criteriosamente por quantos se interessam pelo andamento das providências adotadas pelo Poder Público. Evidencia-se, de logo, ao

lado de um elevado padrão técnico, uma constante e perceptível preocupação com os fatores positivos de nossa economia e com as medidas inadequadas, as quais o Conselho não poupa reservas. Do conjunto de seu trabalho ressalta, contudo, um evidente patriotismo por todos os títulos elogiável.

21. Tendo a dissolução do Conselho Nacional de Economia sido prescrita pela Constituição votada pelo Congresso, não cabe discutir as elevadas razões que levaram o Poder Legislativo a prescindir desse valioso órgão auxiliar de suas atividades. Mas não se pode deixar de considerar que talvez tivesse sido outra a atitude deste Poder, se as condições para a discussão e votação do projeto constitucional não fossem tão restritivas.

22. Regimentalmente, cabe a esta Comissão a apreciação do relatório apresentado pelo Conselho Nacional de Economia, já extinto desde 15 de março do corrente ano. Em documentos desta natureza, manda a praxe legislativa que o parecer seja meramente enunciativo, o que esperamos ter alcançado, a despeito dos comentários que julgamos oportuno e inadequado tecer. Nada impede, porém, que, ao opinarmos pelo arquivamento do Ofício, e a remessa do original da Exposição à Biblioteca da Casa, consignemos nosso voto de louvor aos Conselheiros, técnicos e funcionários do Conselho, não só pelo valor intrínseco do documento, mas sobretudo pela importante contribuição que o Conselho Nacional de Economia deu ao país durante mais de 20 anos, e de que é prova este fundamentado Relatório.

Sala das Sessões, 12 de maio de 1967.
— **Carvalho Pinto**, Presidente; **Julio Leite**, Relator; **José Ernúrio**; **Mário Martins**; **Carlos Lindenberg** e **Duarte Filho**.

Pareceres ns. 312 e 313, de 1967

PARECER N° 312, DE 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1967 (número 291-A-66, na Câmara), que reforma decisão denegatória do Tribunal de Contas da União, para efeito de tornar definitivo o registro da concessão de reforma ao 2º Sargento Milton Anastácio Alves.

Relator: Senador Bezerra Neto.

Entendendo ser inaplicável a Lei nº 3.037, de 22 de dezembro de 1956, ao inativo que pode prover os meios de Subsistência, o Tribunal de Contas da União, ao apreciar o processo 13.218-65, negou registro à concessão de reforma ao 2º Sargento Milton Anastácio Alves.

2. Em sessão de 10 de junho de 1966, o Tribunal concedeu o registro sob reserva, face ao despacho do Senhor Presidente da República na Exposição de Motivos nº 12, de 28 de março de 1966, do Sr. Ministro da Guerra.

Ao examinar o conseqüente recurso ex-offício constitucional, a Câmara dos Deputados aprovou o registro definitivo, anulando a decisão sob reserva, daquela Corte. Assim, no processo, perante o Tribunal de Contas, opinara o Procurador da União.

Do que aprovou a Câmara dos Deputados resultou o presente Projeto de Decreto Legislativo.

A Comissão de Constituição e Justiça é de parecer pela aprovação.

Sala das Comissões, em 9 de maio de 1967. — **Milton Campos**, Presidente. — **Bezerra Neto**, Relator. — **Antônio Carlos**. — **Aloysio de Carvalho**. — **Carlos Lindenberg**. — **Petrônio Portela**. — **Antônio Balbino**.

PARECER N° 313, DE 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo número 1, de 1967 (nº 231-A-66, na Câmara), que reforma decisão denegatória do Tribunal de Contas da União, para o efeito de tornar definitivo o registro da concessão de reforma ao 2º Sargento Milton Anastácio Alves.

Relator: Senador Fernando Corrêa.

O Tribunal de Contas da União, em sessão de 19 de maio de 1965, negou registro à concessão de reforma ao 2º Sargento Milton Anastácio Alves, sob o fundamento de que se não aplica ao inativo que pode prover os meios de subsistência o disposto na Lei nº 3.067, de 22 de dezembro de 1956.

O Senhor Presidente da República, porém, atendendo ao que consta da Exposição de Motivos, datada de 28 de março de 1966, do Ministro da Guerra, houve por bem determinar fosse o registro feito sob reserva.

Remetido o processo ao Congresso Nacional, na forma e para os fins dos artigos 77, nº III, da Constituição Federal e 56, § 2º, da Lei nº 820, de 1949, a Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara dos Deputados, acatando as razões contidas na Exposição de Motivos a que já nos reportamos, manifestou-se no sentido do registro da concessão de reforma ao 2º Sargento Milton Anastácio Alves, concluindo por elaborar o competente Projeto de Decreto Legislativo, o qual, submetido ao plenário daquela Casa, foi, sem restrições, aprovado.

Pela constitucionalidade e aprovação da matéria é o parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Não havendo, como não há, de nós aparte, qualquer dúvida quanto à justeza da providência consubstanciada no presente Projeto, opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1967. — **Argemiro de Figueiredo**, Presidente. — **Fernando Corrêa**, Relator. — **Carvalho Pinto**. — **Oscar Passos**. — **Carlos Lindenberg**. — **Claudio Millet**. — **Leandro Maciel**. — **José Leite**. — **Celso Ramos**. — **Mem de Sá**.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos de informações, apresentados ontem:

I — Do Sr. Senador Adolpho Franco

Ao Ministro da Indústria e Comércio — Nº 380.

II — Do Sr. Senador Raul Giubertti

Ao Ministro da Agricultura — Nº 378

III — Do Sr. Senador Mário Martins

Ao Ministro da Aeronáutica — Número 370.

IV — Do Sr. Senador Josaphat Marinho

Ao Ministro da Educação e Cultura — Nº 389.

V — Do Sr. Senador Vasconcellos Torres

Ao Ministro da Agricultura — Número 381.

Ao Ministro das Comunicações — Nº 382.

Ao Ministro da Saúde — Nº 383.

Ao Ministro dos Transportes — Números 384, 385, 386, 387 e 388.

SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura do requerimento que se acham sobre a a.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 391, de 1967

Senhor Presidente

Informe disposição regimental, sobre a V. Exª se digne encaminhar, Poder Executivo, através do Senhor Ministro dos Transportes, pedido de informações no sentido de saber quais providências que estão sendo tomadas com o fim de estabelecer essas pesquisas e trabalhos objetivos o reinício do desenvolvimento navegabilidade do Rio Doce, principalmente agora que se pretendo reanudar a navegação fluvial.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1967. — Senador Raul Giuberti.

REQUERIMENTO Nº 392, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através da Empresa Brasileira de Turismo — EMBRATUR — sobre aproveitamento, como estância hidromineral, do município de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através da Empresa Brasileira de Turismo — EMBRATUR — sobre algum plano visando o aproveitamento do município de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro, como estância hidromineral? Sala das Sessões, em 17 de maio de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 393, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Instituto do Açúcar e do Alcool, sobre erradicação canavieira em Bom Jesus do Itaipana, Estado do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente, Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Instituto do Açúcar e do Alcool, quais foram as providências tomadas visando a erradicação dos canaviais em Bom Jesus do Itaipana, Estado do Rio de Janeiro? Sala das Sessões, em 17 de maio de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 394, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Instituto Brasileiro do Café, sobre venda da área localizada a exposição agropecuária de Miracema, Estado do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Instituto Brasileiro do Café, por que motivo não foi realizada a venda da área onde está localizada a exposição agropecuária de Miracema, Estado do Rio de Janeiro? Sala das Sessões, em 17 de maio de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 395, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre déficit do Tesouro.

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, o seguinte:

1) Se a receita pública da União atingiu, no período compreendido entre 1º de janeiro de 1967 e a data deste requerimento, os níveis previstos na estimativa orçamentária da arrecadação.

I — Caso a arrecadação não se venha processando de conformidade com as previsões, esclarecer se ocorreu superavit ou déficit e qual o montante de um ou de outro.

2) Se o dispositivo da União com a execução orçamentária, no mesmo período referido no item I, vem sendo feito, em cada mês, em volume inferior, igual, ou superior, ao duodécimo da despesa total prevista para o exercício.

I — Na hipótese da despesa, consideradas as cifras relativas a cada mês, ter sido superior ou inferior ao valor do duodécimo, explicar as razões da anomalia.

3) Se vêm sendo tomadas providências de ordem prática para o aparelhamento do mecanismo da arrecadação, de modo a eliminar a sonegação dos impostos e a garantir uma imediata elevação da receita.

Justificação

Este requerimento de informações, como todos os outros que tenho encaminhado nesta Casa, não visa a marcar posição de hostilidade ou desconfiança face ao Governo ou, em particular, frente a um de seus representantes.

O que procuro através das indagações formuladas é o conhecimento objetivo de determinados fatos fundamentais, relacionados com a coisa pública, conhecimento do qual pode partir, com segurança, para o exercício da crítica fundamentada e da ação parlamentar construtiva.

A Lei de Meios sempre foi, no Brasil, um arealidade teórica, desligada dos fatos. Ao término de cada exercício financeiro, o que se pode verificar é ter a arrecadação superado a estimativa da receita e haver a despesa ultrapassado, também, em muito, as previsões iniciais do Legislador.

Acrescente-se que o Poder Executivo sempre gasta como quer os recursos que está autorizado a dispende — e mobediência às diretrizes da política econômica-financeira adotada — solicita e obtém mais recursos na proporção em que deles precisa e deixa por sua vez de utilizar dotações outras, neste último caso descumprindo facilmente orientação emanada do Poder Legislativo.

Não critico — apenas constato. Tudo isso compõe um quadro que se repete, além do Brasil, em diferentes países, constituindo mesmo um traço comum ao funcionamento universal dos Estados.

Vive o Brasil, todavia, situação especial nos últimos três anos, com profundas transformações operadas na sua estrutura jurídico-política-administrativa. Transformações realizadas, como ninguém ignora, sob a justificativa respeitável de criar condições favoráveis à produtividade administrativa, ao saneamento financeiro e ao progresso econômico equilibrado.

Em nome dessas metas — aceitas, obviamente, por todos os brasileiros patriotas — foram exigidos grandes sacrifícios ao povo, com a adoção de uma rígida política de contenção salarial e de medidas outras, de política econômica-financeira, que oneram o

comércio e a indústria, colheram a expansão dos negócios e geraram o desemprego maciço.

Disseram ao contribuinte patricio que os sacrifícios que lhe foram impostos representavam o preço inevitável que deveria pagar para que o Brasil pudesse safar-se, com rapidez, do mar de dificuldades em que estava encailhado — e ele, o contribuinte, em tudo acreditou e tudo suportou.

Acontece que, segundo notícias agora divulgadas na imprensa — não contestadas — esta ocorrendo um déficit substancial na execução orçamentária, no corrente exercício. E o fato, se confirmado, constitui seguro indicio de que as finanças públicas do Brasil não estão recuperadas.

Surpreende-se, assim, com razão, o sacrifício contribuinte. Para que, afinal, sacrificou-se? Qual a base técnica desse planejamento ao qual submeteu-se tudo neste país, no período post-revolucionário, e cuja falência, agora, a acreditar no que dizem as folhas, parece estar a evidenciar-se na linguagem irrefutável dos números?

Que o Senhor Ministro da Fazenda esclareça isso. O povo brasileiro tem todo o direito de saber se as suas múltiplas privações nos três últimos anos foram, ou não foram, úteis à salvação nacional.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 396, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e Comércio, sobre melhoramentos no edifício-sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, apesar da transferência do órgão prevista para Brasília, Distrito Federal.

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e Comércio, por que razão estão sendo feitos melhoramentos no edifício-sede do Ministério no Rio de Janeiro, estado da Guanabara, apesar da transferência do órgão prevista para Brasília, Distrito Federal?

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 397, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia, sobre fornecimento irregular de energia aos municípios de São Fidélis, Santo Antônio de Pádua, Miracema, Itaperuna e Itaocara, Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia, quais as providências tomadas visando solucionar o fornecimento irregular de energia aos municípios de São Fidélis, Santo Antônio, Miracema, Itaperuna e Itaocara, Estado do Rio de Janeiro? Sala das Sessões, em 17 de maio de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 398, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — INPS — sobre irregularidades no atendimento médico pelo ambulatório do IPASE, em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder

Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — INPS — se tem conhecimento das irregularidades que estão ocorrendo no atendimento médico pelo ambulatório do IPASE, em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 399, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social, sobre construção de Posto do SAMDU em Itaituba, Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social, quais as providências tomadas visando a construção de um Posto do SAMDU, em Itaituba, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 400, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — sobre retorno das empresas que fazem o percurso Rio-Petrópolis, a rodovia da Praça Mauá, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — se existem planos visando o retorno das empresas que fazem o percurso Rio-Petrópolis, a rodoviária da Praça Mauá, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara?

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 401, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — sobre retificação da rodovia Rio-Bahia, no município de Sapucaia, Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — quais as providências tomadas visando a retificação da rodovia Rio-Bahia, em frente ao prédio pertencente a E.F.C.B., no município de Sapucaia, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 402, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNOS — sobre obras de enrocamento dos rios Pomba e Paraíba, no município de Itaocara, Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNOS — se foi tomada alguma providência relativa às obras de enrocamento dos rios Pomba e Paraíba, no município de Itaocara, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

O SR. OSCAR PASSOS — Vossa
Ex. está equivocado. Não podemos
apoiar seu ponto de vista. Absoluta-
mente!

O Sr. Eurico Rezende — Vou dar um exemplo bem característico: há poucos dias os estudantes marcaram um almoço com o Ministro Tarso Dutta. Maneira esquisita de convidar o Ministro para almoçar, mandaram dizer que ele comparecesse ao lugar tal, às tantas horas do dia tal, para almoçar com os estudantes, sob pena de ser deflagrada uma greve. V. Exª abona isso?

O SR. OSCAR PASSOS — Não. Mas isso é consequência do período em que vivemos, é a educação que o governo está dando à mocidade.

O Sr. Eurico Rezende — O que ocorreu anteriormente a essa grosseria estudantil foi, exatamente, a solução do caso dos excedentes. Não, Excelência. Devemos dar razão aos estudantes...

O SR. OSCAR PASSOS — Não estou advogando, em absoluto, a maneira pouco delicada de fazer o convite.

O Sr. Eurico Rezende — ... quando eles têm razão.

O SR. OSCAR PASSOS — Acho que os estudantes quase sempre têm razão.

O que está faltando é a maneira de orientá-los, e conduzir esta força geradora para os seus objetivos.

O Sr. Eurico Rezende — Observamos que muitos grupos estudantis estão envenenados. Há um esquema muito bem orientado para perturbar a vida do país.

O SR. OSCAR PASSOS — Tenha paciência! Não por nós, que sofremos as borrachadas.

O Sr. Aurélio Vianna — V. Exª permite um aparte?

O SR. OSCAR PASSOS — Pois não.

O Sr. Aurélio Vianna — O nobre Senador Eurico Rezende quer devotar o assunto que V. Exª se propôs abordar. V. Exª está condenando as violências e ele o quer atrair para outro pol. Perguntamos ao Senador Eurico Rezende. Concorda S. Exª com a brutalidade, com a violência, com a invasão de igrejas, quando a polícia vai até ao altar-mor e a sacristia dêses templos para espancar estudantes? Concorda V. Exª com isso?

O Sr. Eurico Rezende — V. Exª está deformando minhas palavras. Absolutamente não "endosso violências, mas é preciso que se dê razão a quem tem. Habitou-se, neste País, a se dar razão a estudante sifitadamente, o que vem sendo, até, um incentivo perigoso.

O SR. OSCAR PASSOS — Mas a maneira de negar razão não é a brutalidade. Há outros meios. Nunca espanquei os meus filhos. E quantas vezes deles divirgi!

O Sr. Josaphat Marinho — Pelo que acaba de expor o nobre Senador Eurico Rezende, S. Exª não aprova as violências. Recebe-as como fato consumado. (Risos)

O Sr. Eurico Rezende — E. V. Exª dá um sorriso malicioso sobre essas violências. Logo, trata-se de uma injúria à classe estudantil. Não se admitam violências com sorriso nos lábios.

O Sr. Josaphat Marinho — Sua Excelência recebe-as como fato consumado. Defendeu há pouco, contraditando V. Exª, a teoria do risco, vale dizer, invocou aquele conceito de Mussolini — o viver perigosamente.

O Sr. Pedro Ludovico — V. Exª Senador Oscar Passos, condena, com muita razão, essas agressões, esses abusos esses absurdos que vêm sendo praticados contra os estudantes em várias partes do Brasil, inclusive no Acre. Ainda mais grave é a reprovação de V. Exª aos atos do Governo revolucionário com relação à cassação

de mandatos de deputados do Acre e do Rio Grande do Sul, atos que envergonham a revolução e diminuem o ex-Presidente Castello Branco.

O SR. OSCAR PASSOS — Tem V. Exª toda razão.

Como dizia, é preciso que S. Exª saia do terreno da teoria e venha comandar a batalha da redemocratização, dando a cada um o que merece, e trabalho.

É preciso que S. Exª, com todo vigor, dê sequência prática às suas palavras, buscando na montanha de leis, que a revolução expeliu, algum dispositivo que sirva para conter os que espancam o povo, desrespeitam as leis e implantam o terror.

É preciso que S. Exª faça aplicar a justiça não apenas aos fracos e indefesos, mas também aos poderosos detentores do poder policial, que quem árbitros dos nossos destinos, quando, em verdade, são intelectualmente incapazes de encontrar o verdadeiro caminho do seu dever funcional. Enganam-se os que pensam que queremos "lançar irmãos contra irmãos, num esforço de fazer voltar a Nação, à ordem e ao caos. Enganam-se, igualmente, os que imaginam que o povo está contente e conformado.

O povo, o eterno sacrificado; o espoliado no direito de escolher os seus governantes; o povo que passa fome, porque não recebe a justa retribuição do seu trabalho, mas que deve pagar todos os aumentos; o povo para cuja defesa não se movimenta a máquina do Estado que, ao contrário, ampara e protege os que exploram a sua miséria; o povo que assistiu cada — vindo pelo terror, mas não convencido — à delapidação do nosso patrimônio, à venda das nossas reservas em ouro, à desnacionalização da nossa indústria, ao contrabando escancarado dos nossos minerais atômicos, ao levantamento aerofotométrico do nosso solo, por potência estrangeira, ao escândalo do dólar, às cassações políticas, ao domínio estrangeiro da nossa imprensa e rádio; o povo, cuja liberdade é um mito e cujo direito de pensar está policiado; o povo, o único que devia ter, realmente, direitos, cuja vontade devia ser soberana e do qual, segundo a Carta Magna, todo poder emana; este povo triste e sofrido ainda tem um lampejo de esperança de poder respirar em liberdade.

Esperança nas promessas de paz e tranquilidade, com que lhe acenou o Senhor Presidente da República; esperança de que o governo atual não seja um simples e monótono prolongamento do implacável governo anterior.

Porque se assim não levaram rapidamente o povo a sentir; se a esta conclusão não o conduzir o atual governo, através de providências objetivas, de fato concretas, que alivie a situação e rompa as brevas, o povo terá o direito de dizer o que já dizem os estudantes: tão bom como tão bom. (Muito bem!) (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Sobre a mesa dois requerimentos, que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 404, de 1967

Requerimento, na forma do Regimento, do Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, as seguintes informações:

a) o serviço de abastecimento de água da cidade de Estância, confiado ao SESP, está paralizado?

b) no caso afirmativo, qual o motivo e quais as providências tomadas pelo SESP para o seu prosseguimento?

o) quando espera o SESP inaugurar esse serviço, tão ansiosamente esperado pelo povo de Estância?

Brasília, 17.6.67. — Senador Leandro Maciel.

REQUERIMENTO Nº 405, de 1967

Requeremos, nos termos do art. 213 do Regimento Interno, sejam prestadas pelo Poder Executivo, Ministério da Agricultura, as seguintes informações:

1) Quais as razões que ditaram a extinção, por liquidação, da Companhia Nacional de Seguro Agrícola;

2) Uma vez que a referida Companhia fora integrada, por lei, como órgão de execução da política agrária do Estatuto da Terra, por que o Governo não observou por mais tempo os resultados da sua experiência;

3) Se, em face do que foi apurado pelo liquidante, quanto à receita, não se justifica o restabelecimento da Companhia Nacional de Seguro Agrícola.

Sala das Sessões, 17 de maio de 1967. — Senador Vicente Bezerra Neto.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência.

COMPARECEM MAIS OS SENADORES SENADORES:

José Guimard
Arthur Virgílio
Clodomir Millet
Sebastião Archer
Victorino Freire
José Cândido
Paulo Sarasate
Wilson Gonçalves
Dinarte Mariz
Ruy Carneiro
Teotônio Vilela
Rui Palmeira
Arnold de Melo
José Leite
Josaphat Marinho
Carlos Lindenberg
Eurico Rezende
Mario Martins
Gilberto Marinho
Milton Campos
Pillinto Müller
Bezerra Neto
Ney Braga
Adolpho Franco
Mello Braga
Celso Ramos
Antônio Carlos
Daniel Krieger
Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Está esgotado o tempo destinado ao Expediente

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 56, de 1967 (nº 12-B-67 na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários, em decorrência de dispositivos da Lei nº 4.378, de 17 de agosto de 1964, tendo parecer favorável, sob número 304, de 1967, da Comissão: — de Projetos do Executivo.

Sobre a mesa dois requerimentos de adiantamento de discussão, que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

E não é aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 406, de 1967

Nos termos do art. 274, letra d, do Regimento Interno, requerio o adiantamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1967, para a seguinte diligência: — Seja ouvida a Comissão de Segurança Nacional e a Comissão de Saúde, uma vez que o projeto envolve matéria referente a ambas as Comissões, sendo de notar que na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, mereceu parecer contrário.

S.S. em 17 de maio de 1967. — Mario Martins.

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Tem a palavra nobre Senador.

O SR. EURICO REZENDE:

(Pela ordem) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, pediria a V. Exa. que informasse o prazo de que dispomos para ultimar a tramitação da matéria objeto do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Victorino Freire) — Nosso prazo vai até 12 de junho próximo.

O SR. EURICO REZENDE — Agradeço a informação.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — O Sr. Secretário procederá à leitura do 2º requerimento de adiantamento da discussão do Projeto de Lei nº 56, de 1967.

E não é aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 407, de 1967

Nos termos dos arts. 212, letra f e 274, letra a, do Regimento Interno, requerio adiantamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1967 (nº 12-B-67 na Câmara) a fim de que sobre ele seja ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1967 — Agostinho de Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — O projeto sai da Ordem do Dia para audiência das Comissões, de acordo com os requerimentos aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Victorino Freire) —

Item 2:

Discussão, em turno único do Projeto de Resolução nº 44, de 1967, que revirga a Resolução número 32, de 25 de março de 1965, que suspendeu a execução da alínea "b" do art. 1º do Livro II do Código de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo, Resolução revogada pela de nº 93 de 14 de outubro de 1966 (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer número 270, de 1967).

Em discussão o projeto. (Pausa). Não havendo quem peça a palavra, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O projeto vai à Comissão da Câmara.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 44, DE 1967

Revigora a Resolução nº 32, de 25 de março de 1965, revogada a Resolução nº 93, de 14 de outubro de 1965.

Art. 1º Fica revigorada, em todos os seus termos, e para todos os efeitos a Resolução nº 32, de 25 de março de 1965.

Art. 2º Ficam revogadas a Resolução nº 93, de 14 de março de 1965, e as demais disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE — (Victorino Freire) —

Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 45, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que apresenta a Taquígrafia de Debates, PL-3, Maria D'Aparecida Jordão, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão. (Pausa). Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto. Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado. Volta à Comissão Diretora para a redação final.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 45, DE 1967

Aposenta a Taquígrafia de Debates, PL-3, Maria D'Aparecida Jordão, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' aposentada, nos termos dos artigos 100, item I, e 101, item I, letra b, da Constituição de 1967, combinado com o disposto na Resolução nº 16, de 1963, a Taquígrafia de Debates, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Maria D'Aparecida Jordão.

O SR. PRESIDENTE (Victorino Freire) —

Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 46, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que apresenta o Técnico de Ar Refrigerado, PL-11, Aloysio Costa de Oliveira, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão o projeto de resolução.

Se nenhum dos Srs. Senadores deseja usar a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam o projeto de resolução, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado. O projeto volta à Comissão Diretora, para redação final.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 46, DE 1967

Aposenta o Técnico de Ar Refrigerado, PL-11, Aloysio Costa de Oliveira, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' aposentado, de acordo com os artigos 100, I, e 101, item I, letra b, da Constituição de 1967, combinado com os artigos 341, item III, da Resolução nº 6, de 1960, e 1º da Resolução nº 16, de 1963, o

Técnico de Ar Refrigerado, PL-11, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Aloysio Costa de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia. Sobre a mesa, Requerimento de dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da Redação Final do Projeto de Resolução nº 45, de 1967.

E' lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO
Nº 408, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requiro dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 45, de 1967, que apresenta a Taquígrafia de Debates, PL-3, Maria da Aparecida Jordão.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1967. — Ruy Carneiro.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Em consequência da aprovação do Requerimento, passa-se à imediata discussão e votação da Redação Final do Projeto de Resolução nº 45, de 1967.

Em discussão. (Pausa).

Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a Redação Final queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada. O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a Redação Final aprovada:

PARECER Nº 314, DE 1967

Redação Final do Projeto de Resolução nº 45, de 1967, que apresenta a Taquígrafia de Debates, PL-3, Maria da Aparecida Jordão, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 45, de 1967, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº , DE 1967

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' aposentada, nos termos dos artigos 100, item I e 101, item I, letra b, da Constituição de 1967, combinado com o disposto na Resolução nº 16, de 1963, a Taquígrafia de Debates, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Maria da Aparecida Jordão.

Sala da Comissão Diretora, em 17 de maio de 1967. — Auro Moura Andrade — Gilberto Marinho — Edmundo Levi — Cattete Pinheiro — Guido Mondin — Raul Giuberti.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Sobre a mesa, Requerimento de dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da Redação Final do Projeto de Resolução nº 46, de 1967.

E' lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO
Nº 409, de 1967

Nos termos dos artigos 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requiro dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 46, de 1967, que apresenta o Técnico

de Ar Refrigerado, PL-11, Aloysio Costa de Oliveira.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1967. — Ruy Carneiro.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Em consequência da aprovação do Requerimento, passa-se à imediata discussão e votação da Redação final do Projeto de Resolução número 46, de 1967.

Em discussão. (Pausa).

Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a Redação Final, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada. O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a Redação Final aprovada:

PARECER Nº 315, DE 1967

Redação Final do Projeto de Resolução número 46, de 1967, que apresenta o Técnico de Ar Refrigerado, PL-11, Aloysio Costa de Oliveira, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução número 46, de 1967, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº , DE 1967

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' aposentado, de acordo com os artigos 100, item I e 101, item I, letra "b", da Constituição de 1967, combinado com os artigos 341, item III, da Resolução nº 6, de 1960, e 1º da Resolução nº 16, de 1963, o Técnico de Ar Refrigerado, PL-11, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Aloysio Costa de Oliveira.

Sala da Comissão Diretora, em 17 de maio de 1967. — Auro Moura Andrade — Gilberto Marinho — Edmundo Levi — Cattete Pinheiro — Guido Mondin — Raul Giuberti — Victorino Freire.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Tôrres.

O SR. VASCONCELOS TÔRRES:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há alguns meses ocupei esta tribuna para pedir que o nome de Procópio Ferreira fosse inscrito no Livro do Mérito.

Alinhei as razões que justificavam a minha sugestão e todo o Senado participou daquela idéia que visava a premiar uma das figuras de remarcada projeção no cenário cultural do país.

A época de minha fala, Procópio Ferreira estava nas vésperas de comemorar o seu cinquentenário de atividades teatrais. Houve uma receptividade muito grande no Congresso e na imprensa escrita, falada e televisada. Entretanto, por motivo que escapa à minha alçada, não vi aprovada essa sugestão, em que coloco tanto empenho, tanto interesse e tanta sinceridade.

Já agora Procópio Ferreira tem comemorado os seus cinquenta anos de atividades teatrais e o Chanceler da Ordem do Mérito, o eminente Mal. Odílio Denys, quando foi investido nessa função relevante, contou com a presença dos fluminenses, no Palácio Laranjeiras, porque nós todos — nós do Estado do Rio de Janeiro — consideramos o Marechal Odílio Denys um orgulho da nossa terra natal.

A propósito da idéia que agora se renova, venho de receber uma carta do poeta Nobre de Siqueira — paulista de nascimento mas radicado no território fluminense, onde exerce a

função de Diretor de Redação da edição fluminense do Diário de Notícias, contendo um apelo ao Marechal Odílio Denys para que venha a considerar a solicitação anteriormente feita.

Sr. Presidente, esta carta está tão bem escrita, tão bem formulada — constitui um documento intelectual de primeira ordem — que eu a incorporo, neste instante, ao meu discurso, para que conste dos Anais.

Transmitindo, pois, o apelo que Nobrega de Siqueira faz ao Mal. Odílio Denys, espero que aquele grande cabo-de-guerra, investido nas suas altas funções de Chanceler da Ordem do Mérito, considere esse apelo não apenas meu, mas de toda a intelectualidade pátria. (Muito bem).

E' A SEQUINTE A CARTA A QUE SE REFERE O SR. SENADOR VASCONCELOS TÔRRES NO SEU DISCURSO

Niterói, 1º de maio de 1967.

Meu caro Vasconcelos Tôrres:

Há um ou dois anos — não posso precisar — você ocupou a tribuna do Senado a fim de formular veemente apelo ao então presidente da República, no sentido de que essa glória do Teatro Nacional, que é Procópio Ferreira, tivesse seu nome inscrito no Livro do Mérito Nacional, num reconhecimento aos seus quase 50 anos de lutas em prol do reerguimento de nossa arte cênica. Nessa oportunidade, teve ocasião de ler, para que constasse dos Anais, artigo que publiquei em diversos jornais, com elogios ao grande artista e um breve histórico sobre seus quase 50 anos de atividades. O artigo alcançou grande receptividade, tendo sido lido, na Câmara, pelo nosso amigo comum, deputado Aniz Baidra, e na Assembléia Legislativa de São Paulo, pela combativa e brilhante deputada Conceição da Costa Neves, minha grande amiga de muitos lustros, desde os tempos em que era a aplaudida Regina Moura de "O Bobo do Rei", "O Vendedor de fusões", "Velha Guarda", "A Última Conquista" e "Deus lhe Pague". Republicaram-no diversos jornais de São Paulo, entre os quais "Tribuna de Santos". Embora o eminente presidente do Castelo de São Paulo em diferentes oportunidades, fosse demonstrado interesse pelo teatro, comparecendo aos espetáculos e indo cumprimentar, nos camarins, os intérpretes, neste caso, pelo menos que me conste, não demonstrou interesse, muito embora as diversas solicitações que lhe foram dirigidas por senadores, deputados, assembleias legislativas e pela ABI. Acontece, meu caro Vasconcelos, que o "quase meio século de Teatro de Procópio Ferreira" não é mais quase. Agora é meio século mesmo. São Paulo, meu Estado natal há quatrocentos anos, ainda agora, em cena aberta, no Teatro Municipal, vem de prestar consagrada homenagem a esse gênio da arte de representar que saltou do "fogueteiro" de "A Juriti", de Viriato Correia, para o "Tartufo" de Molière. E' Gênio mesmo, meu caro Vasconcelos Tôrres. E gênio neste país de improvisações e de consagração dos falsos valores, de demagogia e tartufo. Eu gostaria, portanto, tal como fez o atuante deputado Cunha Bueno, na Câmara, voltasse você a focar o assunto, no Senado, dirigindo o apelo ao atual Chanceler da Ordem Nacional do Mérito, o ilustre cabo de guerra e grande fluminense, Marechal Odílio Denys, no sentido de que apressasse a solução do caso, o que seria a "justiça da Pátria na voz da História". Ao ilustre filho de Santo Antônio de Pádua vem o governo Costa e Silva de conferir um alto e merecido título, em solenidade a que você esteve presente. Já é tempo da Nação pagar a dívida que contraiu com Procópio Ferreira, através de 50 anos de uma fecunda e constante atividade artística. Continuando ao seu inteiro dispor, na edição

Fluminense do nosso "Diário de Notícias", aí vai o grande e fraternal abraço de seu eleitor de cabresto. — (a) Nóbrega de Siqueira.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Tem a palavra o nobre Senador Mário Martins (Paua).

S. Exa. desiste da palavra.

Tem a palavra o nobre Senador Edmundo Levi.

O SR. EDMUNDO LEVI:

Sr. Presidente e Srs. Senadores, no ano passado, em virtude de proposição do eminente Senador Oscar Passos, deslocou-se ara a Amazônia, em direção ao Acre, uma Comissão Parlamentar, que teria por objetivo examinar e procurar ajuizar as razões de um movimento eclodido no Vale do Juruá.

A Comissão, presidida por mim, era integrada pelos ilustres Senadores Manoel Villaza e Paulo Barros.

As populações do Vale do Juruá, região do Acre, e do Estado do Amazonas, até o município de Eirunepé, sentindo-se completamente abandonadas, sem meios de transporte para seus produtos, sem poder receber as mercadorias de que necessitam, julgaram que a única solução capaz de contornar aquele abandono seria a constituição do Território Federal do Juruá, desmembrado parte do atual Estado do Acre e parte do Estado do Amazonas.

Trabalha, ainda, no seu parecer, como relator da Comissão, o ilustre Senador Manoel Villaza.

Mas, Sr. Presidente, há poucos dias, li um telegrama do Acre, em que mais um apelo se atira à consciência do Brasil, alegando-se que os Poderes públicos pretendem ou já conseguiram a paralisação das obras da Estrada Porto Velho-Rio Branco, Capital do Estado.

Daquele visita que fizemos de inspeção ao Estado do Acre, ouvindo autoridades e pessoas responsáveis, no Município de Cruzeiro do Sul, na cidade de Tarauacá e na de Feijó, no Rio Envira, concluímos que o que mais angustia as povoações daquela Região é, justamente, o isolamento. Os rios são amplas avenidas, os caminhos que andam, numa expressão antiga e fiel. Mas nem em todas as épocas são eles perfeitamente navegáveis.

O Juruá é um rio caprichoso. Há mais de 5 anos enchia suficientemente para não só renovar a fauna aquática como, também, para a reprodução anual daquele fenômeno do Nilo, adubar as margens e proporcionar colheitas abundantes nas várzeas e nas praias.

Agravando, ainda, essa dificuldade, o isolamento entre os centros produtores afastados, no oeste amazônico, e as duas capitais da planície — Belém e Manaus — provoca o desespero nos que trabalham quer na sede das cidades, como, principalmente, naqueles que vivem no aprisionamento da floresta, na luta do dia a dia pela sobrevivência.

A navegação, em embarcação motorizada, de Manaus a Cruzeiro do Sul, em tempo de inverno, em marcha normal, leva entre 20 e 25 dias. No verão as embarcações lá não chegam dado o fenômeno que assinala há pouco que immede o tráfego normal e impossibilita o trabalhador escoar o produto do seu trabalho.

Entretanto, olhando-se a geografia do Amazonas, de logo verificamos que os rios, correndo na direção sudoeste para Nordeste, como que indicam aquele meio supletivo para contornar as dificuldades em que tem vivido as populações amazônicas.

A solução para o Juruá, por exemplo, atendendo o Acre na região do Cruzeiro do Sul e Tarauacá, e ao Amazonas em todo o médio Juruá, seria a construção de uma estrada que, partindo de Cruzeiro do Sul, seguiria pelo divisor de águas do Acre

e do Jutai, e passando pelas cabeceiras do Jatuarana iria encontrar a margem direita do Solimões, em Benjamim ou São Paulo de Jiveira.

Por outro lado, uma outra estrada bifurcando-se, infletindo das cabeceiras do Jatuarana até o o Eirunipé, atenderia a todo o trecho Juruá, a partir da Cachoeira do Urubu, para sudoeste, até os limites com o Estado do Acre.

Assim, Senhor Presidente, as dificuldades que atualmente afligem o trabalhador do Amazonas e do Acre, na região Juruá, estariam diminuídas e o produto do seu labor teria, realmente, valor capaz de dar-lhe condições de sobrevivência.

Creio, Senhor Presidente, que não seria demais apelar para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, de vez que a estrada em cogitação interessaria a dois Estados, Amazonas e Acre. E para que tal medida se efetive com a brevidade e a segurança que as condições da Amazônia reclamam, sugeriria que aquele o Departamento firmasse convênio com o ramo competente do Exército, unidades especializadas do Exército. Batalhão Rodoviário, para que as obras se realizassem dentro do mais curto prazo, a fim de que aquela gente, que se considera marginalizada, que se considera completamente abandonada, visse que os poderes da República afinal tomam conhecimento do seu destino.

Senhor Presidente, obra desta natureza não seria difícil na Região Amazônica. A distância que vai da Eirunepé, no Juruá, à margem direita do Solimões, no ponto conveniente, não ultrapassaria, em linha, a duzentos e setenta e cinco quilômetros, enquanto que de Cruzeiro do Sul ao mesmo ponto teremos mais ou menos quatrocentos e cinquenta quilômetros.

Seria uma estrada fácil, em de terras altas que separaram águas que correm para vales diferentes, obras de arte de relativo pequeno porte. De sorte que, uma estrada como essa, será não só de grande valor econômico, mas, sobretudo, social para as populações do Acre e do Amazonas espalhadas pelo Juruá, Tarauacá, Envira e Jurupari.

Assim Senhor Presidente, deixo essa sugestão ao Senhor Ministro dos Transportes para que, compreendendo a situação aflitiva do Acre e do Amazonas no que se refere ao escoamento dos seus produtos nas regiões do Juruá, equacione e dê a solução que o problema reclama.

O Sr. Alvaro Maia — Permite V. Exa um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Alvaro Maia — Estou ouvindo, com a máxima atenção, o que Vossa Excelência diz a respeito da fronteira do Juruá com o Peru. Quero ponderar em defesa das suas considerações, que enquanto nós, por este ou aquele motivo, favorecemos, pelo abandono das populações, a verdadeira construção do deserto verde, os Países limítrofes tomam providências drásticas em relação ao aproveitamento dos seus rios. Sabe Vossa Excelência tão bem quanto eu que o Peru, mesmo além das providências determinadas pela lei, está providenciando uma linha de navegação de Iquitos para o Brasil. Há poucos dias, um avião colombiano, da Cia. Avinga, saiu de Manaus, passando em Leticia, a caminho de Bogotá, sendo portanto, uma linha estrangeira que une esses pontos colombianos às praças brasileiras. Por outro lado, em Leticia, também a Colômbia está finalizando um grande campo de aviação. E recebi uma carta de pessoa de grande responsabilidade, cujo nome não posso citar aqui, e já trouxe do assunto rapidamente num discurso, dizendo que enquanto as nossas populações de Tabatinga e de ou-

tros pontos a que Vossa Excelência se referiu, na região do Javari, enquanto nossas populações estão abandonadas, lá em Leticia o aspiat funciona maravilhosamente. E pergunta o missivista: "Não há um hospital na fronteira brasileira?"

Existe um, em Benjamim Constant, hospital do SESP, Vossa Excelência sabe, mas não há enfermeiros, não há remédios, não há médicos. De modo que o brasileiro atravessa a fronteira par poder viver. Já descrevi aqui, e quero relembrar, que as nossas crianças também, muitas delas, continuam aprendendo em escolas colombianas e peruanas, desde o hi-no daqueles países até as orações aos seus maiores. Não é só isto. Enquanto, por motivos outros superiores, acabaram definitiva e decisivamente com o trabalho da Petrobrás no vale amazônico brasileiro, do lado de lá, no Peru, prosseguem os trabalhos, as maiores explorações no Javari, no Ganso Azul, de onde vem o petróleo bruto para Manaus. Esta é a situação da fronteira na região que Vossa Excelência, brilhantemente, defende aqui, pedindo e implorando a abertura desses braços rodoviários para sustentar o Brasil. E se olharmos para o sul, para a Bolívia, sabemos também que os guerrilheiros naquela faixa de fronteira, de vez em quando, dão uma olhada simpática para os nossos seringueiros. Pergunto a Vossa Excelência, e Vossa Excelência responderá intimamente, qual a situação dessa população da fronteira do Alto Purus, do perua e até do Madeira, qual a situação de milhares de seringueiros abandonados, sem colocar os seus produtos em Manaus e Belém, com os seus caminhos cortados, com os próprios caminhos ilíquidos interceptados, sem navegação? Ou morrer ou aceitar o oferecimento do estrangeiro, que está do outro lado. Longe de mim está a idéia da conquista desses países, que são amigos, mas de qualquer forma é uma influência perniciosas, se posso dizer assim, na formação das gerações de amanhã. Estou dando este aparte para dizer que estou de acordo com Vossa Excelência nas suas considerações e também porque no Madeira há uma estrada, uma rodovia ligando Humaitá a Porto Velho, que ligará o Amazonas ao sistema rodoviário nacional e, mais tarde, ao próprio sistema pan-americano. Esse caminho de duzentos e poucos quilômetros está mais ou menos difícil de ser continuado, como também o outro para Lábrea. Se abandonarmos esse ponto rodoviário, esse percurso, qual será o futuro daquele milhão de habitantes que lá vive? Qual será o futuro daqueles brasileiros, que são verdadeiros soldados, repetitivamente, com seus rifles e seu amor ao Brasil? De modo que estou de acordo com Vossa Excelência no seu discurso, na sua defesa. Temos o dever de olhar para aquela região não apenas por questão econômica, mas por questão social e pela defesa do nosso próprio povo. Não quero descrever a barraca do seringueiro, onde pode faltar quase tudo, como sabe Vossa Excelência, porém não falta uma espingarda, um rifle, uma arma para a sua manutenção e para a sua defesa e, vamos dizer, para a defesa do Brasil. E neste momento em que Vossa Excelência está falando, quero render também homenagem ao discurso que pronunciou o Senhor Senador Oscar Passos em relação ao Acre e ao Rio Grande do Sul, quando relembrou o trabalho extraordinário, heróico, de soldados e seringueiros acreanos na manutenção daquelas terras para o Brasil. Seria então um crime que nesta hora, quando se tenta ligar, unir pelo sangue das ferrovias, o Brasil ao sistema pan-americano, que vai para os Andes, ficás-

semos nós de braços cruzados, deixando esse milhão de seres em abandono e ferindo a própria soberania do país nesta ansia de expansão, quando se fala em operação Brasil, e operação amazônica.

O SR. EDMUNDO LEVI — Muito grato, nobre Senador, pela sua brilhante intervenção. Após conceder ao eminente Senador Oscar Passos o aparte, apreciarei as considerações expandidas por V. Exa.

O Sr. Oscar Passos — Para complementar a observação que acaba de fazer o eminente Senador Alvaro Maia, desejo deixar consignado no seu discurso o protesto que nós, do Acre, fazemos ante as autoridades federais pelo abandono a que relegou a construção da estrada que de Porto Velho deve atingir Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Lamentavelmente cheguei com grande atraso a este plenário, quando percebi que V. Exa já estava no fim do seu brilhante discurso, mas que tratava exatamente deste assunto. O aparte do eminente Senador Alvaro Maia mais me deu essa convicção. Quero relembrar a V. Exa que a estrada Brasília-Acre parou em Porto Velho. Lamentavelmente não penetrou no Acre. Atravessado o Rio Abunã, dali em diante foi aberto um caminho de serviço até Rio Branco, caminho esse por onde penetravam os caminhões que, de São Paulo, demandavam ao Estado do Acre, por intermédio dos quais conseguíamos nos abastecer. Esse caminho não foi mantido. O inverno último fechou o caminho porque o mato cresceu e nós sabemos — nós, que conhecemos a região — como o mato se desenvolve em um ano. Esse simples caminho de serviço, sem conservação nenhuma, tornou-se intransitável. O resultado é que não temos nem mais esse caminho de serviço para conduzir de Abunã a Rio Branco. A Companhia Rodoviária do Exército, que havia sido encarregada dos trabalhos de abertura da estrada até Rio Branco, segundo notícias que tenho, foi designada para o trecho compreendido entre Porto Velho a Guajará-Mirim. Ora, entre essas duas cidades, Porto Velho e Guajará-Mirim, já existe uma estrada de ferro que vai ser, dentro em breve, desmantelada em atendimento à caolha política do ex-Ministro da Viação. Para substituir essa estrada vai ser construída uma estrada de rodagem, ao invés de se prolongar a ferrovia que deveria atingir Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Este é um protesto que fazemos porque o fato está-nos levando à miséria e nós não temos outra possibilidade de abastecimento. V. Exa sabe que os rios secam, nesta época do ano, e não temos com que nos abastecer.

O SR. EDMUNDO LEVI — Nobres Senadores Oscar Passos e Alvaro Maia, V. Exas trouxeram-me novos argumentos para desenvolver um pouco mais as modestas considerações que fato em defesa da abandonada e sofrida gente do Oeste Amazônico.

O eminente Senador Alvaro Maia falou sobre o que corre nas fronteiras Brasil-Peru e Brasil-Colômbia. Sou testemunha e vou dar um depoimento sobre algo que me deixou apreensivo e aflito em relação à possível influência do Peru, país amigo mas doninador de certas áreas da Amazônia, sobre as populações do Alto-Juruá.

Em Cruzeiro do Sul, ouvi a todo o instante, de autoridades, do povo, de comerciantes e funcionários, o desejo de que se abra, o quanto antes, uma estrada de Cruzeiro do Sul à região de Pucallpa, por onde o Pru já está fazendo passar uma estrada de fronteira.

Vê-se, portanto, Sr. Presidente, que aquela gente, abandonada, entregue ao seu próprio destino, volta-se para um país estrangeiro, atendendo no seu trabalho, na estrada que se abre, sua salvação: o escoamento dos seus produtos e, conseqüentemente, a valorização do seu trabalho. Entretanto, se o Governo brasileiro, através das repartições especializadas, sobretudo se fizer

um convênio com as unidades do Exército dedicadas a tal atividade, se determinar a abertura de uma estrada ligando o vale do Juruá ao do Solimões, por certo proporcionar-nos-ia o melhor aproveitamento das populações, para que continuem trabalhando e sentindo-se sempre brasileiros. Um estrada que parta de Cruzeiro do Sul e vá até Benjamin Constant ou São Paulo de Olivença dará incremento a toda produção do Juruá—Acre e Juruá—Amazonas, complementada por um ganho de produção de Eirunepé e se junta a essa estrada—e no mais ou menos na distância do Jaturacá assegurará esboço a toda a produção da região, dando sentido ao homem no seu trabalho, na sua faina, garantindo o espírito da brasilidade naquela região. Se essa estrada se prolongar de Cruzeiro do Sul até a cidade de Tarauacá, que, pelas medições que pude obter, dista apenas 220 quilômetros, em linha retilínea, toda a produção do vale de Tarauacá terá também escoamento fácil para as margens do Solimões. Em pouco mais de avanço, irá a Feijó, no Rio Envira, afluente do Tarauacá e subfluente do Rio Juruá, distante da cidade de Tarauacá apenas 60 quilômetros. Então, toda aquela região será imensamente beneficiada por um sistema de estrada muito simples, que, valorizando o homem, dará a quem vive naquelas plagas o desejo de continuar trabalhando e produzindo. Finalmente, toda a produção daquela região atingirá Manaus e Belém. Sobre o eminente Senador Alvaro Maia, mestre eminente em amazonologia, que de Manaus a Benjamin Constant o tráfego é perene, quer feito pelas pequenas embarcações, os "gaiolas" ou pelos navios da Booth Line, que vão até Iquitos. O escoamento será fácil para toda aquela produção, com pequeno dispêndio e sem as dificuldades, sem arrochamento de perigos, como ocorre atualmente quando uma embarcação sobe o Juruá e vai a Cruzeiro do Sul, a Tarauacá ou ao Envira, confundindo os mantimentos necessários ao trabalho do homem interiorano.

E como o sistema de navegação é frágil, e o rio é caprichoso, um percurso que seria, em linha reta, entre Manaus e Cruzeiro do Sul no máximo de mil e duzentos quilômetros, neste-se em cerca de três mil quilômetros!

Vem, portanto, os Senhores Senadores quando difícil é o transporte fluvial feito em épocas de verão quando o rio é apenas, e mal, navegável durante o dia. Viagens que poderiam ser feitas normalmente, rio-cheio, em quinze dias, passam a ser feitas em dois e até três meses.

Se fizermos a rutura, a ligação, a linha dos vales do Juruá com o do Solimões através de uma simples rovia, teremos dado um grande passo para fixação do homem naquela região, que se desenvolverá ordenadamente.

Na região, riquíssima, o custo de uma estrada como essa seria coberta pelas penalizações das madeiras—le-las que existem em abundância nos tipos mais compreendidos entre o Juruá e o Solimões.

Além disso, o povoamento seria uma expansão e não continuaria havendo o "estirar-se", como diria Euclides de Cunha. E de tal sorte que, pouco depois, aquele seria abandonado e estaria conquistado e sem que o homem fosse violentado, ou estivesse a todo instante sentindo as ameaças que pesam sobre a Amazônia. E poderíamos ter uma população genuinamente brasileira dominando a vasta região que constitui a Amazônia.

Assim, deixo aqui este apelo aos poderes da República, para que considerem o abandono em que têm vivido as populações do Amazonas e do Acre, sobretudo na região do Juruá, e abram uma estrada que vença essas imensas dificuldades, dando assim um sentido à vida daqueles homens que lutam e desejam para continuar a viver como brasileiros.

O Sr. Marcel Villaga — Permite V. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Pois não.

O Sr. Marcel Villaga — No ano passado, atendendo a pedido de Ilustre representante do Acre nesta Casa, interpusse uma emenda parlamentar de iniciativa da qual V. Ex. foi e ainda é Presidente. A questão que deu lugar a essa comissão parlamentar de inquérito, foi pensar inicialmente que se tratava de um movimento de suco. Três municípios do Vale do Juruá pretendiam separar-se do Acre, e por isso pediram, de início, que houvesse um caráter de divisão, de divisionismo em relação ao todo nacional. Visávamos democraticamente o Acre, e interpussemos centenas de pessoas de todas as categorias sociais, inclusive políticos de âmbito municipal e de âmbito estadual. Então terminando de elaborar o relatório, o que ainda não fiz, que, em atendimento, se não me enganar, a uma sugestão do Senador José Guilmard, consulte a bancada do Acre, tanto desta Casa como na Câmara dos Srs. Deputados, sobre o que achava da questão e, ainda não obtive resposta da solicitação feita por intermédio de V. Ex. como Presidente da Comissão. De qualquer maneira, entretanto, dentro de poucos dias trarei ao conhecimento desta Casa o relatório com o pensamento, posso dizer, da Comissão, porque já conversei com V. Ex. Realmente, eu, que nada conhecia da Região Amazônica, fiquei surpreendido. Imaginava a região abandonada, mas não tanto. Num pequeno depoimento, agora, vou sintetizar duas pequenas histórias. Não sei se V. Ex. se recorda, em Cruzeiro do Sul, quando eu indagava sobre o meio de vida da população, lembrei-me de perguntar quanto valia o couro de onça. Responderam que o homem que pegava uma onça tirava o couro, que vendia por duzentos cruzeiros novos. Observei-lhe que era um bom negócio. Mas a questão é que não há onças, elas desapareceram. Antegamente, ao sair de casa, o seringueiro fazia uma promessa a seu Santo protetor para não encontrar onça. Hoje, que faz a promessa é a onça. Se o seringueiro encontra uma onça ele não sossega enquanto não consegue capturá-la. Outra história, documenta o abandono daquela população. O Prefeito de Itaruaçu apresentou-me com um abacaxi pesando oito quilos e meio. Admiti-me de fruto tão grande, apesar do Nordeste ser um dos maiores produtores de abacaxi. Disse-me o Prefeito: Senador eu já trazer uma maracajá para mostrar-lhe o tamanho da raiz—ue pesa muitos quilos. Como manifestei dúvida, ele disse-me: Senador, tudo nesta terra é grande, inclusive a tristeza. Isto retrata a situação de abandono em que vivem aqueles patriotas, numa região carente de todos os recursos, sobretudo o educacional, o que é mais grave. Falarei sobre isto no relatório que vou apresentar, ressaltando o fato de que as nossas crianças atravessam a fronteira para se alfabetizar em língua espanhola, porque lá não existem escolas. Aproveitando o fato da existência de um movimento de secessão, que felizmente se esboçava, somente em relação ao Acre, porque o Município julgava-se prejudicado na distribuição de impostos, arrecadados pelo Estado, que não se fazia equitativamente dando preferência, segundo testemunhas, a outros Municípios, apresentei no meu relatório, algumas sugestões, muitas delas já consubstanciadas no plano elaborado pelo Governador Castello Branco. A estrada a que V. Ex. faz referência, considero — e assim vou apontar no meu relatório — da maior importância, inclusive para integridade nacional, não somente do ponto de vista da integração econômica como também eliminará, de uma vez por todas, o estado de revolta dos Municípios, que querem se separar do Acre. Assim dou meu apoio ao pronunciamento de V. Ex. e anuncio que dentro de poucos dias entregarei ao Sr. Presidente o relatório da Comissão da qual fui relator.

O SR. EDMUNDO LEVI — Muito grato ao aparte de V. Ex. e para

concluir, vou citar um fato que V. Ex., como membro dessa Comissão, observou em Itaruaçu. Lá, talvez a região de maior desenvolvimento da pecuária, no Juruá, do animal abatido, é aproveitada apenas, na carne. O couro e o pelo fora, não se aproveita o couro do boi na região de Itaruaçu, por uma razão simples. Damos eles que espichado, seco o couro, ninguém quer comprar e, para exportá-lo, selgado, não há possibilidade, dada a distância que há entre Itaruaçu, Manaus e Belém. Levaria mais de um mês, o couro apodreceria e o mau cheiro que exala não permite a uma embarcação o seu transporte. Aquilo que é mais necessário, a valorização do trabalho do homem, desaparece totalmente devido a esse isolamento. O couro do boi que constitui uma riqueza em toda parte, ali não é aproveitado.

Assim, nobre Senador Marcel Villaga, V. Ex. que estudou com tanta acuidade o problema, que se baseou, não só, diante da tristeza que observou naquela região, como ouviu e sentiu o palpar daqueles corações e daquelas almas, sabe que a estrada a que me refiro irá, realmente, dar nova alma, outro sentido àquela população e, sobretudo, a certeza de que o Brasil quer que aquela gente, que tem vivo até agora tão abandonada, continue a ser brasileira e trabalhe para engrandecer mais e mais a pátria comum, aquela a que todos pertencemos.

Muito obrigado pela atenção e pelos apertos com que me distinguiram. (Muito bem! Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Senhor Senador Melo Braga (Pausa.)

S. Ex. não está presente. Tem a palavra o Sr. Senador Atílio Fontana.

S. Ex. não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Antônio Carlos, por cessão do Sr. Senador Bezerra Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, venho cuidar, da tribuna do Senado, de problema dos mais graves e importantes para Santa Catarina. Creio mesmo que, no âmbito das atribuições do Governo Federal, nenhum outro assunto pode merecer, em relação a Santa Catarina, prioridade em relação a este que ora me preocupa, e tenho absoluta certeza, preocupa tantos quantos cuidam dos interesses do Estado que represento nesta Casa.

Santa Catarina, com 94.000 quilômetros quadrados, tem 2.500.000 habitantes. A sua população é distribuída em 194 cidades e várias centenas de localidades, sedes ou não de distritos.

A maior cidade catarinense não tem população urbana superior a 150.000 habitantes. E as grandes cidades, as cidades de grande expressão econômica — Joinville, Blumenau, Lajes, Criciúma, Tubarão, Chapecó e Joazeiro — não têm população urbana superior a 80.000 habitantes.

E, pois, um Estado de população muito bem distribuída, sendo que na zona rural essa população vive no regime salutar da pequena propriedade.

Esse equilíbrio, essa extraordinária forma de proporção se estende também à economia e à sociedade catarinenses. Sendo assim, o problema das comunicações ganha um significado extraordinário para o progresso e o desenvolvimento do meu Estado. Transportes e comunicações constituem um binômio, condição indispensável ao desenvolvimento da terra catarinense.

Em 1928, o Governo do Estado concedeu os serviços telefônicos, para o Estado de Santa Catarina, região do litoral e região da serra, a uma empresa particular fundada e dirigida por um pioneiro no setor, o cidadão uruguaio Cel. Ganzo Fernandez. Para aquela época, o trabalho desenvolvido foi realmente notável e, já em 1930, as principais cidades do litoral catarinense e da serra contavam com serviços telefônicos. De lá para cá,

essa concessão se expandiu, até o momento em que o Extremo Oeste e o Vale do Rio do Peixe se transformaram em duas grandes regiões do Estado de Santa Catarina. Dessa ocasião em diante, aquela empresa particular, que fora, realmente, um fator para o progresso do meu Estado, passou a ser, no setor de comunicações, um entrave. Faltavam-lhe condições econômicas, financeiras e mesmo técnicas para poder estender as linhas telefônicas às regiões do Vale do Rio do Peixe e do Extremo Oeste e, acima de tudo, não tinha ela condições técnicas para realizar os serviços interurbanos.

Recente a ligação de Florianópolis com o Rio de Janeiro, através da Radial, e também recente, pois data de 1953, a ligação telefônica entre as cidades de Joinville e Curitiba.

Ultimamente, o Governo do Estado empreendeu um estudo, se não me enganar no período de governo anterior e prosseguido pelo atual, no sentido de encampar aquela empresa particular e fazer com que uma sociedade de economia mista cuidasse do problema das comunicações telefônicas no território do Estado de Santa Catarina, para atender aqueles municípios atualmente servidos pela Cia. Telefônica Catarinense, que é a companhia concessionária dos serviços em grande parte do território e, também, aqueles municípios que são atendidos por serviços telefônicos municipais, localizados na região do Rio do Peixe e do Extremo Oeste.

Esse trabalho se desenvolve em harmonia com as diretrizes do CONTEL e da EMBRATEL, obedecendo a orientação do Governo Federal, no particular. Mas todo esse trabalho não terá o significado que nós desejamos que tenha, e não trará os benefícios que Santa Catarina precisa e espera, no setor das comunicações, se não tivermos condições de comunicar-nos com as grandes cidades, os grandes mercados do País.

Para que o Senado tenha uma idéia do problema, basta que eu revele que a maioria das grandes indústrias catarinenses ou mantêm ou pleiteia um sistema de radiotransmissão particular. As estações de rádio, para fins comerciais, constituem um dos mais acalentados objetivos das indústrias catarinenses. Os frigoríficos, as fábricas de tecidos, as grandes indústrias de madeira, para terem condições de competir nos grandes mercados consumidores do Brasil, necessitam — dadas as deficiências do sistema telefônico e do Telégrafo Nacional — de estações de rádio particulares.

Há alguns anos, a obtenção dessas concessões não era difícil. No momento, tais concessões não são apenas difíceis, mas impossíveis. Apenas na região Norte do Brasil, onde se pode operar com a onda tropical, o CONTEL ainda tem condições de conceder canais a firmas particulares. Na região Sul do Brasil, todos os canais estão ocupados, sendo que, através de mecanismos modernos, se pode utilizar um canal ou onda para duas estações. Todavia, mesmo através desse sistema, o que toca a Santa Catarina, não há mais possibilidade de concessão de canais para que as indústrias e empresas catarinenses se comuniquem com os seus representantes nos grandes mercados consumidores do País.

A nossa grande esperança, Sr. Presidente, para a solução do problema, era e ainda é a ligação de Santa Catarina com o São Paulo e de São Paulo com as grandes cidades brasileiras através do sistema de microondas, que a EMBRATEL está implantando em nosso País.

Por esse motivo, logo que foi nomeado o Ministro das Comunicações, tive a honra de procurar S. Ex. e encarecer-lhe a urgência para a solução desse problema. Ouvindo o Engenheiro Carlos Simas, a grata notícia de que a construção do tronco sul da EMBRATEL, ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul, seria tarefa prioritária de seu Ministério, e que esse tronco sul do Sistema Nacional de Telecomunicações, que liga São Paulo ao Rio

Grande do Sul, iria atender às cidades de Curitiba e Blumenau, e, através de Blumenau, Joinville, Brusque, Itajaí e, especialmente, a Capital do nosso Estado, Florianópolis.

Ao fim da semana passada, na sexta-feira, exatamente, tive a notícia, que não será exagero classificar de desolador, no sentido de que a EMBRATEL retirou do programa de construção do tronco-sul a ligação Curitiba, Blumenau, Florianópolis e Brusque.

A informação é a seguinte, para que os Srs. Senadores tomem conhecimento do assunto:

(Lendo)

"A EMBRATEL realizou concorrência pública para a instalação do tronco-sul do sistema nacional de telecomunicações ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul. A previsão original era ligar, além de Curitiba, a cidade de Blumenau e, através de Blumenau, Florianópolis, Brusque e Itajaí, pois que não se compreendia que a ligação desse tronco não se fizesse com Florianópolis, sua Capital.

Entretanto, o Estado de Santa Catarina acha-se ameaçado de não contar com os serviços de alta qualidade proporcionados pelo tronco-sul, em virtude de deliberações complexas a cargo do CONTEL ainda não definidas.

Aparentemente, deseja o CONTEL ligar Santa Catarina por intermédio de linhas físicas do DCT, aproveitando-as para o serviço da melhor maneira. Tal aproveitamento é tecnicamente muito inferior às especificações do resto do tronco-sul onde se vai instalar um dos mais modernos sistemas de microondas todo transistorizado, de elevadíssima confiabilidade, produzido no Japão pela *Nippon Electric Co. — NEC*, firma vencedora da aludida concorrência pública. Acreditamos que se tal circuito não for construído agora, o Estado de Santa Catarina levará muito tempo para integrar-se definitivamente ao pleno sistema nacional de telecomunicações. O Tronco-Sul irá também possibilitar a transmissão de televisão, o que será totalmente impossível efetuar com a linha do DCT.

As próprias facilidades de atendimento rápido do assinante, como discagem direta etc., não serão possíveis com a solução em vias de ser tomada.

Urge, pois, uma ação no sentido de defender os reais interesses de Santa Catarina. Bem pode imaginar o Senador a decepção e a surpresa dos representantes catarinenses, face a essa decisão do CONTEL. Nós, Senadores e Deputados, que sentimos o problema quando precisamos comunicar-nos com alguma entidade ou alguma personalidade que esteja em nosso Estado, avaliamos, com absoluta precisão, os entraves que enfrenta a economia catarinense face à total ausência de um sistema de telecomunicações.

Há alguns meses, Sr. Presidente, um jovem médico, desses que têm a coragem de, ao terminar seu curso, ir para o interior, que estava clicando, e ainda está clicando, na cidade de Anchieta, no extremo oeste de Santa Catarina, dirigiu-me carta solicitando instruções sobre a possibilidade de conseguir uma bolsa de estudos para se especializar em cirurgia, no Brasil ou no exterior, pois o seu interesse era poder adquirir melhores e maiores conhecimentos para o desempenho de sua alta missão social. Obtive as informações e tive a felicidade de ir além — obtive também a bolsa e dirigilhe um telegrama. A demora de transmissão do telegrama, e do seu recebimento por esse médico, foi de tal ordem que, quando ele recebeu a notícia, já não era mais possível aproveitar da bolsa!

Santa Catarina que tem um parque industrial notável, no setor da alimentação, com grandes frigoríficos localizados em Granddória, Joazeiro, Ouro, Videira, e Blumenau, que iniciou recentemente a construção de frigoríficos em Itapiranga, São Carlos e acaba de concluir um no Município de Chapecó, indústria de alimentação, que não poder funcionar plenamente precisa acompanhar as oscilações do mercado, pois são produtos perecíveis, cujo transporte tem que ser rápido e eficiente; Santa Catarina que tem indústria têxtil modelar, localizada no norte do Vale do Itajaí, e para concorrer com a indústria de São Paulo, onde está o grande mercado consumidor, e, para abastecer os estados do Nordeste, que se constituem em notável mercado para a indústria catarinense. No momento tenho informações de que onde há menos atraso no pagamento de duplicatas descontadas em bancos é justamente na região do Nordeste. Para que a indústria catarinense possa se desenvolver, há necessidade de um sistema de comunicações eficiente e rápido.

Não podemos contar com linhas físicas, ultrapassadas principalmente num País de grandes distâncias como o Brasil.

Tenho informações de que o Departamento de Correios e Telégrafos não tem condições de manter essas linhas físicas em funcionamento constante. Não tem recursos para manter fiscais e fazer os reparos que se fazem necessários constantemente.

Santa Catarina, que não tem um sistema de comunicações telefônicas ou radiofônicas capaz de suprir as deficiências do Departamento de Correios e Telégrafos, via, como grande esperança, como a solução para esse grave problema, a construção do Tronco-Sul, a ligação através do sistema de micro-ondas transistorizado entre São Paulo e o Rio Grande do Sul, atendendo Curitiba, Florianópolis e atendendo Florianópolis atenderia o Vale do Itajaí e o Norte, e depois com a entrada, em operação, da Sociedade de Economia Mista, que vai suceder à Empresa Concessionária de seu Serviço Telefônico, atender a todo o Estado, recebe a notícia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de que o Tronco-Sul vai ser construído. Ele vai atender a Curitiba e muito justamente, mas vai se fazer uma exceção, vai-se passar por cima de Santa Catarina. As micro-ondas não descerão em Santa Catarina, não servirão ao povo catarinense e o nosso Estado, que já é o pequeno Estado da Região Sul do Brasil, a primeira estrada asfaltada que se fez em Santa Catarina e que a serviu certamente foi construída tendo em vista, não há dúvida alguma, as ligações do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo.

Hoje, pelo progresso, pelo desenvolvimento e pelo esforço do povo catarinense; ela já atende a uma região que se transformou — a Região da Serra, mas aquela outra estrada, a BR-101, continua sendo construída em ritmo lentíssimo.

Não temos em Santa Catarina uma estrada de integração. A Estrada Florianópolis — Lajes — Joazeiro — Xanxerê — São Miguel D'Oeste está com seus trabalhos paralisados. O trecho Florianópolis — Lajes, a cargo de um batalhão do Exército, sem verbas para prosseguir. Creio que 12 quilômetros foram construídos. O trecho Lajes — Joazeiro ainda com os serviços de terraplenagem inacabados. O trecho Joazeiro — Xanxerê, com toda a implantação feita, perdendo-se por falta de pavimentação asfáltica. O trecho Xanxerê — São Miguel D'Oeste, iniciado em alguns quilômetros, pois os sete quilômetros em demanda da Cidade de Xanxerê,

também com seus trabalhos paralisados.

A economia catarinense perde-se, pelo Norte, atraída pelo potencial do Estado do Paraná e, pelo Sul, pelos atrativos da economia do Rio Grande do Sul.

Não é pois justo, razoável que o Governo, ao decidir construir o trecho do sistema nacional de telecomunicações, através de micro-ondas transistorizadas, cometa isto que para o progresso de Santa Catarina constitui um crime. Sr. Presidente, é tal a omissão que constitui crime fazer com que Santa Catarina não possa beneficiar-se deste sistema moderno de comunicações e as nossas indústrias poderem, através dele, competir legitimamente, com seus notáveis produtos, nos grandes mercados consumidores do nosso País.

E se não fôsse este aspecto econômico, haveria o aspecto social, e eu digo mesmo, para os representantes catarinenses no Congresso Nacional, o aspecto moral, de se deixar sem atendimento um Estado cuja população tem exemplarmente servido ao Brasil em todos os momentos, e principalmente naqueles menos espetaculosos, que têm menos repercussão, que são os trabalhos anônimos e diuturnos na roça, na oficina, no comércio, sempre com o pensamento voltado para o bem do povo brasileiro e para a grandeza da nossa Pátria.

O Sr. Teotônio Vilela — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ANTÔNIO CARLOS — Ouço o nobre Senador.

O Sr. Teotônio Vilela — Ainda ontem eu me referi à situação do nordeste e, especialmente, do meu pequenino Estado de Alagoas, tratando exatamente da ausência do Poder Central na solução dos problemas fundamentais do meu Estado. Hoje ouço dois depoimentos — um do extremo norte, do Senador Edmundo Levi, com aparte do Senador Alvaro Maia, e agora o do pequenino Estado do sul que Vossa Excelência representa nesta Casa. Está provado então, nobre Senador, Federal em torno exclusivamente da micro-economia. A micro-economia, representada pelos pequenos Estados, não existe dentro da Federação. Isso se reflete, já hoje, na opinião pública de todos esses Estados, e com repercussão gravíssima com relação àquilo de que tanto se fala mas não se cuida, que é a segurança nacional. Consideram a segurança nacional caso de polícia, quando ela está exatamente nisso que nós denunciamos, no extremo norte, no nordeste, no centro e no sul: na falta de consideração por essas populações isoladas, estranguladas no seu trabalho que de qualquer maneira, servem à grandeza da Nação. Basta, Sr. Senador, de tanta consideração pela macro-economia. Nós estamos chegando a uma civilização extremamente grande dentro do País e também extremamente miserável. É preciso que o Governo procure um meio de comunicação entre esses extremos, que já estão chocando a opinião pública nacional. O fato de que V. Exa. está tratando, referente a um Estado do sul onde se passa por cima de um serviço de telecomunicações, sem uma explicação racional para esse desprezo, é a prova de que temos de nos unir, dentro do Senado, fazendo do Senado o reflexo da opinião pública do País, e chamar a atenção do Governo para tais problemas de economia nacional, na verdade, grandes.

O SR. ANTÔNIO CARLOS — Sou grato pelo aparte de V. Exa. Entendo que veio enriquecer o meu discurso pois chama a atenção pa-

ra aspectos de ordem geral, quando eu apenas me fixava no problema de telecomunicação.

me manifestei, corajosamente, a favor daqueles dispositivos do projeto que enriqueciam os poderes da União, fiz consignar do relatório preliminar este ponto de vista para adoção pequena experiência de homem público. Como Deputado e Senador tive e tenho a preocupação de conhecer os problemas do nosso País, a ponto de, com a Comissão de Orçamento da Câmara, visitar todo o Vale do São Francisco, desde Três Marias até Penedo. Depois, como Senador convidado da Comissão de Orçamento da Câmara, visitei Fortaleza, São Luís, Belém, Macapá e Manaus. Após conhecer a Amazônia, já o disse, aqui no Senado — foi que senti a responsabilidade de ser homem público neste País. Quando visitei a Colômbia, o Equador e o Peru, países amazônicos, mais me convenci de que não era possível negar poderes à União para integrar o Brasil, para fazer aquilo que nos lembrou, a nós da comitiva do Sr. Ministro do Exterior, o Presidente da República do Peru: fazer com que os brasileiros conquistem o Brasil.

Não é possível, não é justo que tendo o Congresso concordado em enriquecer os poderes da União, ao dar ao Governo Federal os recursos e os instrumentos legais, competência e atribuições para, sem comprometer a Federação emprestar um sentido de unidade, e de harmonia à solução dos problemas brasileiros, não se faça, realizando, assim, a integração econômica e social do nosso País.

Não é justo que com o instrumento legal, que é a Constituição não se resolva um pequeno problema, diante do vasto panorama dos problemas brasileiros, mas problema vital para o meu Estado.

Veja V. Exa. veja o Senado, a concorrência pública foi aberta para que se construísse o tronco Curitiba-Blumenau-Florianópolis. Se construído o tronco São Paulo-Curitiba-Rio Grande, deixando-se de lado a exceção do contrato do tronco Curitiba-Blumenau-Florianópolis, quando se pensar em construir esse complemento das obras, a despesa será muito maior. O Governo não terá, evidentemente, as mesmas motivações para por mãos à obra como tem agora, ao realizar, realmente uma grande tarefa, a de permitir comunicações rápidas, modernas e eficientes entre São Paulo, o grande centro econômico do nosso País, o grande mercado consumidor dos produtos industriais de Santa Catarina, com Curitiba e Rio Grande.

Tive, da visita que fiz ao Sr. Ministro das Comunicações, Engenheiro Carlos Simas, a melhor das impressões. Técnico, resolveu os problemas de comunicação na Bahia — segundo estou informado — de forma notável. Fez a ligação da Cidade de Salvador com as grandes cidades do interior baiano. E já está em execução a construção do tronco norte do sistema nacional de telecomunicações, trabalho — do que me parece — deseja engenheiro Presidente da Companhia de Comunicações da Bahia convocado pelo Governo para ser o primeiro Ministro de comunicações.

Quero concluir este ligeiro discurso com um apelo a S. Exa. Este é problema que, se não for resolvido, primum Estado, dos seus representantes e do seu povo. Sentimos dia a dia as deficiências dos Correios e Telégrafos. Penamos quando precisamos dos serviços de comunicações dos Correios e Telégrafos que, todo o Senado sabe, é deficiente, falho, irregular e, acima de tudo, moroso.

Quero, pois, fazer este apelo, muito veemente e agradecer a solidariedade do nobre Senador Teotônio Vilela, representante de Estado de outra região brasileira, que dá, assim, ao

meu discurso modesto, alguma universalidade tão necessária para que a minha solicitação sensibilize o Sr. Ministro das Comunicações e evite que se complete esta injustiça para com o Estado de Santa Catarina. (Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — Não há mais oradores inscritos.

Lembrar aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional foi convocado para sessão conjunta a se realizar,

amanhã às 10 horas, nos termos já anunciados.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente Sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1966, de autoria do Sr. Senador José Feliciano, que revoga o art. 11 da Lei nº 1.002, de 24 de dezembro de 1949,

que dispõe sobre o pagamento dos débitos dos criadores e recriadores de gado bovino, tendo *Pareceres* sob números 260, 261, 262, 263 e 264, de 1967, das Comissões: de *Constituição e Justiça*, favorável; de *Agricultura* — 1º pronunciamento: pela audiência do Ministério da Agricultura e do Banco do Brasil (consultas não respondidas); 2º pronunciamento: favorável; de *Economia*, favorável; de *Finanças*, favorável.

2

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1967, de autoria do Sr. Senador Rul Palmeira, que estabelece normas para a aplicação do que dispõe a alínea a do art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tendo *Pareceres*, sob ns. 255 e 256, de 1967, das Comissões de: *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade; *Educação e Cultura*, pela rejeição.

Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 17 horas e 30 minutos.*)

MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)	3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)	4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)
2º Vice-Presidente — Gilberto Marinho — (ARENA — GB)	1º Suplente — Attilio Fontana — (ARENA — SC)
1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)	2º Suplente — Guido Mondin — (ARENA — RS)
2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)	3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
	4º Suplente — Raul Giubetti — (ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA (ES)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller — (MT)

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Antônio Carlos — (SC)

Rui Palmeira — (PB)

Manoel Vilça — (RN)

Vasconcellos Tôres — (RJ)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Bezerra Neto — (MT)

Adalberto Senna — (ACRE)

Lino de Matos — (SP)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES

José Feliciano
Ney Braga
João Cleophas
Teotônio Vilela
Júlio Leite

SUPLENTE

Attilio Fontana
Leandro Maciel
Benedicto Valladares
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermírio
Mários Martins

Aurélio Vianna
Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

TITULARES

Milton Campos
Antônio Carlos
Aloysio de Carvalho
Eurico Rezende
Wilson Gonçalves
Petrônio Portela
Carlos Lindenberg
Rui Palmeira

SUPLENTE

Vasconcelos Tôres
Daniel Krieger
Benedicto Valladares
Alvaro Maia
Lobão da Silveira
José Feliciano
Menezes Pimentel
Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
Bezerra Neto
Josaphat Marinho

Aarão Steinbruch
Aurélio Vianna
Mário Martins

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.

Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

TITULARES

José Feliciano
Lobão da Silveira
Petrônio Portela
Eurico Rezende
Attilio Fontana

SUPLENTE

Benedicto Valladares
Adolpho Franco
Arnon de Melo
José Leite
Mello Braga

MDB

João Abrahão
Aurélio Vianna
Secretário: Alexandre Mello.

Adalberto Senna
Lino de Mattos

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mártio Martins

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto
Carlos Lindenberg
Júlio Leite
Teotônio Vilela
Domicio Gondim
Leandro Maciel

SUPLENTE

José Leite
João Cleofas
Duarte Filho
Sigefredo Pacheco
Filinto Müller
Paulo Torres

MDB

Mário Martins
Pedro Ludovico
Lino de Mattos

José Ermírio
Josaphat Marinho
João Abrahão

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15.30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
Mem de Sá
Alvaro Maia
Duarte Filho
Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedicto Valladares
Antônio Carlos
Sigefredo Pacheco
Teotônio Vilela
Petrônio Portela

MDB

Adalberto Senna
Lino de Mattos

Antônio Balbino
Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quartas-feiras, às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES

João Cleophas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Vilça
Clodomir Milet
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco
Paulo Sarasate
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa

SUPLENTE

Antônio Carlos
José Guimard
Daniel Krieger
Petrônio Portela
Attilio Fontana
Júlio Leite
Mello Braga
Carlos Lindenberg
Celso Ramos
Teotônio Vilela
Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
Bezerra Neto
Oscar Passos
Arthur Virgílio

Josaphat Marinho
José Ermírio
Lino de Mattos
Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

Ney Braga
Attilio Fontana
Adolpho Franco
Domicio Gondim
João Cleophas

SUPLENTE

Júlio Leite
José Cândido
Rui Palmeira
Arnon de Melo
Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
José Ermírio

Pessoa de Queiroz
Pedro Ludovico

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela
Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A

TITULARES

Petronio Portela
Domicio Gondim
Alvaro Maia
Jose Cândido
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

José Guilomard
José Leite
Lobão da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgílio

Bezerra Netto
Mário Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A

TITULARES

Domicio Gondim
Jose Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guilomard
Vasconcellos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
José Ermírio

Aarão Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLICONA DAS SECAS

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A

TITULARES

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Júlio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feiras às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A

TITULARES

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende

SUPLENTE

José Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Millet

M D B

José Ermírio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(8 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Teotônio Villela

A R E N A

TITULARES

Teotônio Villela
Antônio Carlos
José Feliciano
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muller
Mem de Sá
José Leite
José Guilomard
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedito Valladares
Felinto Muller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
José Cândido
Arnon de Melo
Mem de Sá
Rui Palmeira

Alvaro Maia
Fernando Corrêa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
José Guilomard
José Leite
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarão Steinbruch
Mário Martins

Pedro Ludovico
Aurélio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
José Cândido

M D B

Pedro Ludovico

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres
Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A

TITULARES

Paulo Torres
José Guilomard
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Júlio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

COMPOSIÇÃO

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres
Vice-Presidente: Arnon de Mello

A R E N A

TITULARES

Vasconcelos Torres
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Paolo Torres
José Guimard

SUPLENTE

José Feliciano
Antonio Carlos
Manoel Villaga
Menezes Pimentel
Celso Ramos

M D B

Lino de Mattos
Aarão Steinbruch

Arthur Virgílio
Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Terças-feiras, às 15:00 horas.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite
Vice-Presidente: Lino de Mates

A R E N A

TITULARES

José Leite
Celso Ramos
Arnon de Mello
Atílio Fontana

SUPLENTE

José Guimard
Petronio Portela
Domicio Gondin
Carlos Lindenberg

Lino de Mattos

M D B

Arthur Virgílio

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Milet

A R E N A

TITULARES

José Guimard
Fernando Corrêa
Clodomir Milet
Alvaro Mata

SUPLENTE

Leão da Silveira
José Feliciano
Filinto Muller
Eldorado Pacheco

M D B

Adalberto Sena

Oscar Passos

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras, às 15:00 horas.